

Geografia e Cidadania: Uma visão humanista

Rui Pedro Gomes Mouralinho

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino da Geografia no
3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário**

Outubro, 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do Grau de Mestre em Ensino da Geografia no 3.º ciclo do Ensino Básico e no
Ensino Secundário.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Alexandre, que se mostrou sempre disponível desde o primeiro momento de contacto, acompanhando todas as minhas dúvidas. Com o seu saber e experiência pude aprender e seguir as melhores opções.

À minha orientadora de estágio, Professora Sílvia Dias, que foi incansável e um grande apoio durante o estágio, estando sempre presente nos bons e nos maus momentos sempre com uma energia positiva e motivadora.

Aos meus alunos do terceiro ciclo do Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição, com quem tive o prazer de conviver e partilhar experiências e aprendizagens. Com eles foi possível compreender de uma forma mais aprofundada a importância da profissão que escolhi seguir.

À minha família e aos meus amigos um agradecimento especial, por todos os momentos de apoio que sempre me proporcionaram e pelo seu contributo para a pessoa que sou hoje. Em especial à minha mãe, pela inspiração e iluminação ao longo de todo o meu crescimento profissional e principalmente pessoal. Por fim, sem esquecer um agradecimento especial à minha companheira, por todo o amor e apoio que me deu durante o processo, acreditando sempre em mim e encorajando-me a nunca desistir e a seguir os meus objetivos.

GEOGRAFIA E CIDADANIA: UMA VISÃO HUMANISTA

RUI PEDRO GOMES MOURALINHO

Resumo

O presente relatório resume o trabalho desenvolvido durante o ano letivo 2018/2019 como professor estagiário de Geografia no Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição, da Casa Pia de Lisboa. As turmas lecionadas foram o 7.ºA e o 9.ºA. A estas turmas foram aplicados métodos de ensino-aprendizagem, nomeadamente o modelo de aprendizagem baseado em problemas, o modelo expositivo, a aprendizagem cooperativa e a diferenciação pedagógica. Os métodos foram aplicados sempre tendo em conta as temáticas da Geografia para os diferentes anos de escolaridade e a relação desta ciência com a cidadania ativa, já que ajuda os jovens a refletir e a ponderar sobre o espaço em que vivem e com o qual interagem.

O tema “Geografia e Cidadania: uma visão humanista” reflete uma abordagem que assume o papel central que a educação geográfica desempenha para o incremento da educação para a cidadania. Ao longo da intervenção levada a cabo no âmbito da prática de ensino supervisionada, os alunos foram envolvidos num processo de desenvolvimento de competências, através do qual foram levados a pensar, a ponderar e a emitir as suas opiniões perante situações hipotéticas apresentadas em sala de aula e/ou sobre situações do nosso quotidiano. Desta forma, os jovens tiveram oportunidade de conhecer o espaço em que se inserem e ter uma voz ativa sobre vários assuntos da realidade a várias escalas, com destaque para a análise de problemas à escala global. O recurso a esta abordagem reflete a importância e o contributo que a disciplina de Geografia tem na formação dos jovens enquanto cidadãos ativos, nomeadamente quando aplicada ao encontro dos objetivos definidos no quadro da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A Geografia, enquanto disciplina centrada na abordagem de diferentes temas a várias escalas, permite aos alunos expandir a sua visão da realidade e, consequentemente, estabelecer inter-relações entre conteúdos dos domínios do físico, do social, do económico e do cultural. Deste modo, permite também desenvolver as ferramentas conceptuais que permitam aos alunos um exercício ativo de uma cidadania global.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Ensino da Geografia; Visão Humanista; Educação para a cidadania.

Abstract

This report resumes the work developed during the academic year of 2018/2019 as a Geography intern teacher at CED NSC, Casa Pia of Lisbon, where 7th A and 9th A were the classes taught. Various teaching-learning methods were applied while working with these classes, namely the problem-based teaching model, the expository model, the cooperative learning and differentiated pedagogy. These methods were applied in accordance with the supervised teaching practice, always taking into consideration the distinct themes of Geography for the different schooling years and the relation of this science with an active citizenship, which helps students to reflect and to consider the space where they live in and with which they interact.

The theme “Geography and citizenship: a humanistic vision” reflects an approach that assumes the central role that geographic education plays in enhancing citizenship education. During the intervention carried out in the supervised teaching practice, students were involved in a process of competence development through which they were led to think, to ponder and to express their opinions towards hypothetical situations presented in the classroom and/or in everyday situations. In this way, students had the opportunity to be aware of the space in which they live and had the chance of having an active voice on several issues of reality at several scales, with emphasis on the analysis of problems on a global scale. The use of this approach reflects the importance and the contribution that the Geography subject has in the formation of students as active citizens, particularly when applied to meet the goals defined in the framework of the National Strategy for Citizenship Education.

Geography, as a subject focused on addressing different themes at several scales, allows students to expand their vision of reality and, consequently, to establish interrelationships between physical, social, economic and cultural domains. Thus, it always enables the development of conceptional tools that allow students to actively exercise a global citizenship.

Key Words: Citizenship; Geography teaching; Humanistic vision; Education for citizenship.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vi
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	viii
Introdução.....	1
1. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	4
1.1. O conceito de cidadania	4
1.2. A educação para a cidadania no currículo nacional.....	8
1.2.1. Dimensões da educação para a cidadania	10
2. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	13
2.1. Os documentos estruturantes do currículo nacional	13
2.2. O lugar da Geografia no currículo	16
2.2.1. O ensino da Geografia no quadro da educação para a cidadania	17
3. A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA.....	21
3.1. Contexto organizacional: a Casa Pia de Lisboa.....	21
3.1.1 Uma estratégia de integração curricular.....	22
3.2. Contexto da prática supervisionada	24
3.2.1. Prática de Ensino Supervisionada do 7.ºA	26
3.2.2. Prática de Ensino Supervisionada do 9.ºA	33
3.3. Reflexões finais sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas.....	37
Conclusão	40
Referências bibliográficas	43
Anexos.....	48

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AE	Aprendizagens Essenciais
CED	Centro de Educação e Desenvolvimento
CED NSC	Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição
CSI	Competências Sociais Integradas
DAC	Domínios de Autonomia Curricular
DEB	Departamento de Educação Básica
DGE	Direção-Geral de Educação
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
GTEC	Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
PIPAS	Projeto Integrado de Prevenção do Abuso Sexual
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

O presente relatório foi elaborado tendo em conta a prática de ensino supervisionada realizada no Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição, da Casa Pia de Lisboa. O estágio, que teve lugar entre novembro de 2018 e maio de 2019, foi executado no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

“Geografia e Cidadania: uma visão humanista” foi o tema escolhido na abordagem da prática de ensino supervisionada. O principal objetivo foi abordar as temáticas do ensino da Geografia para contribuir para que os alunos se tornem cidadãos ativos e para que desenvolvam competências, conhecimentos e atitudes características de sujeitos responsáveis, independentes e conscientes dos seus direitos e deveres. Esta articulação é possível pois o ensino da Geografia permite que os educandos adquiram conhecimento de realidades distintas que se verificam tanto à escala local como à escala global. Desta forma, é possível estimular a consciencialização para a relação que existe entre o ser humano e o meio ambiente e a forma como as nossas ações têm impacto não só a nível local, mas também a nível global. Tal como estabelecido nas Orientações Curriculares de Geografia do 3.º ciclo (DEB, 2002), estes conhecimentos são essenciais para que os educandos se tornem cidadãos ativos e conscientes.

O presente relatório encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tem como foco a temática da Cidadania e nele serão abordadas três dimensões: 1) a evolução do conceito de Cidadania desde os tempos antigos até à atualidade; 2) os processos de incremento da educação para a cidadania em contexto escolar; 3) o papel e a importância da educação para a cidadania para a formação integral dos jovens. O segundo capítulo tem como foco a educação geográfica. Primeiramente, será abordada a forma como a educação em Portugal se encontra estruturada. Em seguida, será analisada a importância da disciplina de Geografia para a formação de cidadãos. Para além disso, será também demonstrado como esta disciplina se pode interligar com os temas da cidadania. Por fim, o terceiro capítulo aborda a experiência e reflexão na prática de ensino supervisionada. Neste capítulo, será feita a caracterização do local de estágio, demonstrado

o trabalho realizado com as turmas lecionadas no âmbito do estágio, com recurso a exemplos de planos de aula praticados, e, por fim, será feita uma reflexão final sobre o trabalho realizado com ambas as turmas, bem como na comunidade e nos Domínios de Autonomia Curricular (DAC).

A escolha do tema selecionado para a elaboração do presente relatório foi feita no pressuposto de que a aprendizagem da Geografia é fundamental para a formação integral de futuros cidadãos. As temáticas lecionadas permitem que os jovens se tornem agentes ativos, pois possibilitam que estes compreendam as alterações constantes que ocorrem na sociedade e no meio ambiente e as relações entre estes, bem como as vertentes económicas e sociais. É tornando-se cientes de tais mudanças e ligações que os alunos desenvolvem capacidades de atuação a diferentes escalas de análise.

A Geografia assume-se então como uma disciplina importante, pois permite aos alunos interligar os conhecimentos adquiridos com o estudo do espaço e dos fenómenos que nele ocorrem, entre eles fenómenos ambientais, populacionais, sociais e culturais. Uma vez que estes fenómenos “têm causas e consequências multifacetadas que ultrapassam as fronteiras é fundamental desenvolver uma educação geográfica que problematiza, que questiona e que procura equacionar cenários e inventariar soluções para as complexas situações que ocorrem no Mundo” (DGE, 2018, p. 1)”. Estas situações complexas que ocorrem no Mundo dizem respeito, por exemplo, a catástrofes naturais, desigualdades de desenvolvimento de países, as migrações, entre outras (DGE, 2018).

“O desenvolvimento de uma consciência espacial do Mundo, encarado a diferentes escalas de análise – local, regional, nacional, continental e mundial –, contribui para a consciencialização de que todos os seres humanos partilham o mesmo ambiente e, por isso, são interdependentes e de que as inter-relações homem-ambiente têm repercussões que ultrapassam a escala local e afetam espaços mais amplos atingindo na maioria dos casos uma dimensão planetária” (DEB, 2002, p. 5). Desta forma, esta disciplina permite satisfazer os quatro pilares da educação definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Comissão Internacional sobre Educação para o século XX, sendo estes o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a ser e o aprender a conviver (UNESCO, 2009). Estes

objetivos podem interligar-se com os da educação para a cidadania, sendo que, segundo o relatório Eurydice de 2005, esta “visa assegurar que estes [alunos] se tornarão cidadãos ativos e responsáveis, capazes de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade em que vivem” (Eurydice, 2005, p. 10). Assume-se que, ao articular a educação geográfica com a educação para a cidadania, é possível desenvolver nos alunos um perfil de base humanista, sendo que este perfil constitui o motor de uma “sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais” (DGE, 2017, p. 6).

1. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

1.1. O conceito de cidadania

Ao abordar o tema da educação para a cidadania importa, em primeiro lugar, ter em consideração o próprio conceito de cidadania. A cidadania é então um conceito que, para além de se encontrar em constante evolução, é também pluridimensional, uma vez que a sua definição varia consoante o contexto cultural, político e linguístico (Araújo, 2008).

Em termos etimológicos, a palavra cidadania deriva do latim, *civita*, que significa cidade. Na literatura parece não haver um consenso quanto à data exata em que surgiu este conceito, mas prevalece a ideia de que este teve origem na Grécia Antiga, dizendo respeito essencialmente à participação na *polis* e à administração da cidade (Rodrigues, 2006). No entanto, neste tempo, a cidadania era concedida apenas a uma pequena parte da população, ficando excluídas todas as mulheres, os metecos, isto é, os estrangeiros, e todos os escravos (Rodrigues, 2006). Neste sentido, pode então dizer-se que, na Grécia Antiga, a perceção de cidadania potenciava a diferenciação entre aqueles que eram considerados cidadãos e os que não eram considerados como tal. Aos cidadãos eram concedidos certos direitos, como o da participação na *polis*, a possibilidade de exercerem determinados cargos e de participarem na administração da cidade. Tal como defendia Aristóteles, considerado o responsável pela origem da democracia na Grécia Antiga, participar na atividade política da cidade era crucial para a cidadania (Araújo, 2008). Por outras palavras, para o filósofo grego, a participação na atividade política da cidade não só era uma forma de assegurar a liberdade, mas também um elemento crucial para potenciar o progresso e a promoção de cada indivíduo enquanto ser humano. Foi com base neste pensamento que, mais tarde, na Grécia Clássica, surgiu pela primeira vez uma disciplina curricular a fim de educar os alunos para a cidadania (Araújo, 2008).

Com o passar do tempo, a cidadania passou a assumir-se como um conceito mais amplo que, ao invés de potenciar a divisão entre a sociedade, como acontecia antigamente, passou a incluir toda a população (Nogueira, 2015). Esta evolução do conceito de cidadania deveu-se principalmente às Revoluções Americana, de 1774/1776, e Francesa, de 1789. Com o triunfo dos ideais da Revolução Francesa – Liberdade,

Igualdade e Fraternidade –, o conceito de cidadania passou a ter em conta a igualdade e a inclusão de todos os indivíduos, tanto no que diz respeito à lei como no que diz respeito aos direitos básicos humanos (Nogueira, 2015). Foi com base nas alterações resultantes desta Revolução, nomeadamente a universalização do Estado Liberal, que se elaborou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 (Araújo, 2008).

No século XX, após o fim da 2.^a Guerra Mundial, o conceito de cidadania voltou a assumir novos contornos. O Estado-providência, que veio substituir o Estado Liberal, passou a ter maior responsabilidade no sentido de garantir a igualdade dos indivíduos, sendo que todos estes passam a ter a possibilidade de intervir e de participar ativamente nas questões políticas (Nogueira, 2015). Para além disso, tornou-se também necessário legitimar os direitos basilares dos cidadãos, surgindo assim, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento assume grande importância no que diz respeito à cidadania, pois estabelece que todos os seres humanos, independentemente da sua nacionalidade, etnia, idade, sexo, religião e ideais políticos, são detentores dos direitos e liberdades nele proclamados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assume-se então como o conjunto de direitos e liberdades que devem ser comuns a todas as nações, sem exceções (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948).

Considerando tudo o que foi dito, podemos dizer que o conceito de cidadania tem vindo a evoluir ao longo dos séculos, variando consoante a época e as necessidades das respetivas sociedades. O mundo encontra-se em constante mudança e, consequentemente, as sociedades vão-se desenvolvendo, aumentando e tornando cada vez mais independentes. Na atualidade, a cidadania assume-se como sendo uma condição legal, um atributo conferido a todos os indivíduos da sociedade, que lhes concede e assegura um conjunto de direitos e de deveres de participação na comunidade (Reis, 2000). Para além disso, este é um conceito que na atualidade tem em consideração novas temáticas, nomeadamente as que se encontram ligadas a questões sociais (Castro, 2017). Pode então dizer-se que o conceito de cidadania engloba essencialmente três dimensões distintas, nomeadamente: os direitos civis, que dizem respeito à liberdade de cada indivíduo, à liberdade de expressão e de opinião, ao direito de propriedade, entre outros; os direitos políticos, que dizem respeito ao direito dos indivíduos de participarem ativamente na vida

política do país; e por fim os direitos sociais, que dizem respeito ao conforto económico e social, incluindo a segurança (Silva, 2008).

Existem diversos autores, tanto a nível nacional como a nível internacional, que procuram estabelecer a definição do conceito de cidadania. Como exemplo, Reis (2000) considera que a cidadania surge como resultado dos desafios históricos e sociais com que o nosso mundo se vai deparando. Para este autor, a cidadania é, então, uma qualidade conferida a todos os indivíduos que lhes concede diversos direitos e deveres. No entanto, considera que o conceito precisa de ser aprofundado, devendo passar a estar ligado essencialmente ao combate de problemas como o desemprego, as diferenças sociais e o recurso às tecnologias. Já Figueiredo (1999) defende que a cidadania é um atributo do cidadão que faz parte de um Estado livre, no que diz respeito ao recurso dos seus direitos civis e políticos, estando este sujeito a diversos deveres. Tal como refere a autora, “assim, a cidadania é vínculo jurídico-político que, traduzindo a relação entre um indivíduo e um estado, o constituiu perante esse estado num conjunto de direitos e obrigações” (Figueiredo, 1999, p. 34).

Ao nível europeu, o Tratado de Amesterdão de 1997¹ veio estabelecer a definição legal de cidadania europeia. Tal como dispõe o n.º 1 do artigo 17.º do Tratado, “É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania é complementar da cidadania nacional e não a substitui”. Todos os cidadãos da União Europeia são detentores dos direitos e devem cumprir com os deveres que estão estabelecidos no Tratado². Importa mencionar que o artigo 17.º do Tratado de Amesterdão surgiu como resposta ao Tratado de Maastricht³, de 1992, no qual já haveria sido expressa a necessidade e o objetivo de se estabelecer uma cidadania europeia.

Como é possível observar, durante os anos oitenta e noventa do século XX, houve uma sucessão de Declarações e Tratados na procura do desenvolvimento da Cidadania. Para além disso, tem vindo a verificar-se um aumento de educadores preocupados em realçar a importância de ensinar e formar cívica e moralmente os alunos, promovendo a

¹ Com entrada em vigência em Portugal a 01 de maio de 1999.

² Tal como dispõe o n.º 2 do artigo 17.º do Tratado.

³ Com entrada em vigência em Portugal a 01 de novembro de 1993.

educação para a cidadania nas escolas. Na atualidade, as sociedades democráticas dão especial ênfase aos modelos de educação para a cidadania, demonstrando assim um crescente interesse no modo como os jovens se desenvolvem e se tornam conscientes dos direitos, deveres e responsabilidades enquanto cidadãos. É importante que a educação procure desenvolver uma cidadania ativa e eficiente, potenciando uma cultura cívica. Esta promoção da cidadania é bastante importante não só no âmbito político e educacional, mas também na esfera pública de cada sociedade.

Uma vez abordado o paradigma de cidadania geral, importa agora considerar o paradigma cosmopolita que não se encontra ligado à ideia de Estado-Nação, mas sim à ideia de tomada de consciência e resposta a problemas globais. Este paradigma está de acordo com os documentos orientadores, particularmente os da educação. Como exemplo, o documento “Educação para a cidadania – Linhas Orientadoras” (MEC, 2012, p. 1) refere que a cidadania se define “numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social”. O conceito de globalização veio a introduzir na cidadania novos desafios e oportunidades também no sistema educativo, nomeadamente no que diz respeito aos agentes educativos (Monteiro, 2010). Estes novos desafios e oportunidades, como é o caso do desenvolvimento dos sistemas de informação, exigem o desenvolvimento de novas metodologias de funcionamento do sistema educativo e de novas pedagogias na aprendizagem dos alunos, orientando-os no pilar educacional “aprender fazendo”. Uma forma de desenvolver e estimular a aprendizagem nos alunos é através dos projetos escolares nas diferentes dimensões, nomeadamente local, regional, nacional e internacional, sendo estes fundamentais para a formação pedagógicas dos alunos em todos os seus sentidos (Serrão, 2017). É de referir que, para além da escola, existem dois agentes extremamente importantes para o desenvolvimento pedagógico dos alunos, nomeadamente a família, que auxilia na estabilidade emocional dos jovens e no êxito da formação cidadã, e o envolvimento da comunidade. Neste sentido, cabe às escolas e ao sistema educativo formar jovens instruídos e dotados de espírito crítico capazes de desenvolver uma cidadania ativa global e, consequentemente, capazes de ultrapassar os desafios globais e de contornos imprevisíveis intrínsecos a esta temática.

Pode, assim, concluir-se que apostar numa educação para a cidadania à escala global é “educar para a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e valores, para lidar com a complexa agenda global da sustentabilidade ambiental, económica e social” (Serrão, 2017, p.22). Uma vez que a cidadania cosmopolita ultrapassa quaisquer barreiras geográficas, apostar nesta potencia também a compreensão a nível internacional.

1.2. A educação para a cidadania no currículo nacional

As profundas mudanças que ocorrem no nosso planeta, a ritmos alucinantes, em áreas como a tecnologia, a economia, a política, o ambiente e a cultura, têm vindo a provocar o crescimento de diversos fenómenos negativos. Estes fenómenos são visíveis em diversas vertentes da sociedade, incluindo o sistema educativo, que cada vez mais é marcado por um crescente mal-estar no ambiente escolar. Este tipo de fenómenos decorre de problemas mais amplos, como o aumento da diversidade cultural, étnica e linguística que cada vez mais é evidente nas escolas. O que podem representar potenciais problemas, representando um enorme desafio para a cidadania, que a educação geográfica pode ajudar a atenuar. Como exemplo, a promoção do desenvolvimento sustentável é uma das soluções propostas para atenuar os problemas ambientais. Nesta área é possível apostar na educação geográfica, uma vez que esta integra uma componente ecológica. Para além disso, permite que os alunos tenham uma visão do mundo enquanto um todo e que compreendam a relação estreita entre o meio natural e as sociedades, tornando-se conscientes de que as ações humanas influenciam o ambiente, podendo afetar as diferentes regiões e as suas populações a uma escala global. Destacam-se também negativamente fenómenos como “as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias” (GTEC, 2017, p.3).

É devido a fenómenos como estes que o XXI Governo Constitucional decidiu implementar a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania⁴ (ENEC) (GTEC, 2017), que tem como objetivo o desenvolvimento pelos jovens de um conjunto de competências e conhecimentos que podem ser trabalhados no âmbito da educação para a

⁴ Como proposto no Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio.

cidadania. Estes conhecimentos devem ser implementados em escolas do ensino público e privado e incluídos nas saídas curriculares de todos os graus de ensino. O objetivo é prevenir a ocorrência de fenómenos com impactos negativos na sociedade, que se revelam como sendo prejudiciais para o desenvolvimento do país, e potenciar uma maior inclusão escolar e social no que diz respeito aos jovens. A ENEC (GTEC, 2017) assume uma enorme importância, principalmente se tivermos em consideração o facto de que, hoje em dia, os jovens têm uma visão bastante pessimista quanto ao futuro. Tal como argumentam os autores Miranda, Alexandre e Oliver (2007, p. 5): “esta visão pessimista relativamente ao futuro (...), bem como alguma relutância em alterar os hábitos de consumo e de prescindir de alguns privilégios, põem em relevo a necessidade de, no âmbito da educação ambiental, desenvolver competências que se relacionem não só com o conhecimento dos factos, mas também com as atitudes que cada um pode tomar para transformar a Terra num mundo melhor”.

Segundo Castro (2017, p. 18), as práticas da cidadania definem-se como sendo “um processo participativo, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade”. É neste âmbito que a educação para a cidadania procura potenciar a formação de indivíduos conscientes e independentes que reconheçam todos os seus direitos e deveres.

No que diz respeito aos instrumentos de apoio à educação para a cidadania, a destacar, a ENEC e os referenciais de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, de Educação para a Saúde e de Educação para o Desenvolvimento. A ENEC (GTEC, 2017), enquanto documento, visa um conjunto de competências e conhecimentos que se encontram convergidos com as Aprendizagens Essenciais (AE) e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As AE sistematizam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a adquirir e a desenvolver pelos educandos no processo de ensino e aprendizagem, num quadro de promoção da autonomia e flexibilidade curricular e de desenvolvimento das competências que estruturam o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Importa mencionar que no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória estão definidos os princípios, as áreas de competência e os valores que têm como objetivo a formação do educando como cidadão ativo no exercício da cidadania ao longo do seu percurso de vida (DGE, 2017).

1.2.1. Dimensões da educação para a cidadania

Segundo Duerr, Spajic e Martins (2000), a educação para a cidadania é composta por três dimensões. A primeira dimensão diz respeito à dimensão cognitiva, que engloba a aquisição de ideias, de conceitos e de sistemas. A segunda dimensão é uma dimensão social, que visa não só potenciar a capacidade de praticar a democracia de diferentes formas, mas também ter em conta sistemas de ensino. Por fim, a terceira dimensão diz respeito à dimensão afetiva, sendo que esta assenta no reconhecimento, na compreensão e na aquisição de valores de cidadania. Também a Agência Europeia Eurydice (2005) cataloga a educação para a cidadania em três dimensões distintas consoante os objetivos que se pretendem atingir. Assim, o primeiro objetivo visa a literacia política dos alunos, relacionando-a com a aquisição formal de conhecimentos teóricos. O segundo objetivo visa o desenvolvimento de atitudes e valores necessários para que um indivíduo se torne num cidadão responsável (este é o objetivo que requer um maior envolvimento dos alunos em termos de opiniões e atitudes). Por fim, o terceiro objetivo visa a estimulação da participação ativa dos alunos, potenciando as suas aptidões, principalmente no que diz respeito a questões sociais, de forma a que estes adquiriram as competências necessárias para contribuírem e terem uma visão crítica. A principal finalidade é fornecer aos jovens uma informação estruturada que os ajude a compreender e a melhorar a capacidade de participação, tornando-os cidadãos ativos e responsáveis através “valores e atitudes que adquiriram e sirvam de quadro de referência para um envolvimento responsável baseado nos direitos e responsabilidades cívicas” (Eurydice, 2005, p. 24).

A ENEC (GTEC, 2017) organiza em três grupos os diferentes domínios assentes na educação para a cidadania. Para que se compreenda, este documento incorpora na sua estrutura um leque de direitos e deveres presentes na formação da cidadania dos educandos, que devem surgir ao longo do percurso escolar. O objetivo é levar a que os educandos pratiquem uma cidadania ativa ao longo da sua vida, na qual deve prevalecer a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos direitos humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania – estando estes presentes no sistema educativo e nas escolas. Assim sendo, relativamente à divisão dos grupos, o primeiro grupo inclui os direitos humanos – civis, políticos, económicos, sociais, culturais e de solidariedade –, a igualdade de género, a interculturalidade – principalmente no que

diz respeito à diversidade cultural e religiosa –, o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a saúde – nomeadamente a promoção da saúde, a saúde pública, a alimentação e o exercício físico. Este primeiro grupo é obrigatório para todos os anos de escolaridade. Do segundo grupo fazem parte temáticas como a sexualidade – diversidades, direitos, saúde sexual e reprodutiva –, os media, as instituições e a participação democrática, a literacia financeira e a educação para o consumo, a segurança rodoviária e o risco. Este grupo é obrigatório pelo menos em dois ciclos no ensino básico. Por fim, o terceiro grupo inclui o empreendedorismo, tanto na vertente social como na vertente económica, o mundo do trabalho, a segurança, a defesa e a paz, o bem-estar animal, o voluntariado, entre outras temáticas que se encontram dependentes das necessidades de educação para a cidadania que são diagnosticadas pela própria escola e que se enquadrem no conceito de educação para a cidadania. Este terceiro grupo tem aplicação opcional para qualquer ano de escolaridade.

O sucesso da implementação da educação para a cidadania está dependente da cultura da escola, bem como das oportunidades dadas aos educandos para se envolverem na tomada de decisões da escola, uma vez que todas estas os afetam, direta ou indiretamente. Para além disso, na atualidade, deparamos com um mundo em constante mudança do qual fazem parte diversos fenómenos e problemas globais, tais como as alterações climáticas, a xenofobia, o racismo, o crime e a violência, o extremismo, entre outros. Uma vez que todos estes problemas levam ao surgimento constante de novos desafios para a educação, importa termos em consideração que o sucesso da implementação da educação para a cidadania não só está dependente da cultura da própria escola, mas também da pertinência da cidadania face ao estado atual do mundo. Tal como foi anteriormente argumentado, o próprio conceito da cidadania modifica-se consoante o contexto cultural, político e linguístico (Araújo, 2008). Para além disso, os conhecimentos científicos e principalmente tecnológicos desenvolvem-se a um ritmo acelerado, o que leva a um crescimento de informação à escala mundial. O futuro do nosso planeta passa pelo trabalho em conjunto das sociedades, para que se possam encontrar e implementar soluções eficazes para os problemas que ameaçam seriamente a sustentabilidade do planeta. Nas escolas é possível trabalhar esta abordagem com a

geração futura e formar cidadãos com competências e valores que os levem a praticar uma cidadania ativa e a procurar soluções inclusivas e sustentáveis.

Tendo em consideração o que foi argumentado, podemos dizer que é bastante importante e necessária a existência da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, e mais importante ainda é a sua valorização transversal, assumindo-se que todas as outras disciplinas têm um papel fundamental na formação integral dos alunos. Esta unidade curricular assume um papel privilegiado no que diz respeito ao impacto da atitude cívica de cada educando, no relacionamento interpessoal, bem como social e intercultural, tendo “como missão o desenvolvimento pessoal e social dos jovens conducente à formação de cidadãos ativos e conscientes, o que implica uma mudança de comportamentos do indivíduo em sociedade, com vista a uma maior coesão social” (Ferreira & Alexandre, 2001, p. 3). Desta forma, a educação para a cidadania deve contribuir não só para a vida dos educandos no que diz respeito à escola, mas também no que diz respeito à vida destes no seio de outras comunidades. A educação para a cidadania deve então ter como objetivo a formação de “cidadãos responsáveis, críticos, ativos e intervenientes”, tal como dispõe o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, que aprova a reorganização curricular do ensino básico.

Tal como dispõe o sétimo princípio da Declaração Universal dos Direitos das Crianças (Assembleia das Nações Unidas, 1959), todas as crianças devem ter direito à educação, sendo que, pelo menos nos primeiros anos escolares, esta de ser gratuita e obrigatória. Para além disso, a todas as crianças deve ser “ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade.” Similarmente, o panorama nacional regido pela Lei de Bases do Sistema Educativo⁵ dispõe no n.º 4 e n.º 5 do artigo 2.º que a educação deve ser dirigida para a “formação de cidadãos livres, autónomos e solidários”, “formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram”. Para além disso, o artigo 3.º dispõe ainda que o sistema educativo deve estar organizado de forma a “contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania”.

⁵ Lei n.º 46/86, de 14 de outubro.

2. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

2.1. Os documentos estruturantes do currículo nacional

Nos termos do Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho de 2018, assume-se que a educação se constitui um “alicerce essencial para a valorização dos cidadãos, para a cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do país”. Desta forma, pode dizer-se que existe uma aposta clara numa escola inclusiva ao mesmo tempo que se procura a igualdade de oportunidades e a promoção do sucesso educativo dos educandos ao longo do seu percurso académico. Para ir ao encontro destes princípios têm vindo a surgir documentos referenciais que servem não só como guião comum a todas as escolas no âmbito da educação, mas também como referencial para todas as decisões a adotar pelas escolas e pelos respetivos agentes educativos. Destes documentos importa então mencionar o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória⁶ (DGE, 2017) e todos os documentos estruturantes do currículo nacional publicados desde 2001 (vd. os programas e orientações curriculares, as Metas Curriculares (MEC, 2013), os Decretos-Lei n.ºs 54/2018 e 55/2018, ambos de 6 de julho, e as AE do Ensino Básico⁷).

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017) é um referencial bastante importante para os atores educativos e estabelecimentos de ensino aquando da tomada de decisões. Para além disso, este documento assume-se também como uma matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas, tanto a nível curricular como a nível de planeamento (DGE, 2017). Tendo como base o objetivo mundial da UNESCO – a educação para todos –, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória foi elaborado tendo em conta diversos referenciais internacionais no âmbito do ensino e da aprendizagem e uma revisão exaustiva de investigações conduzidas na área da educação (DGE, 2017). O perfil que se pretende é aquele que crie um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação no que nos rodeia. Posto isto, torna-se também importante criar condições de equilíbrio entre componentes como o conhecimento, a compreensão, a criatividade e

⁶ Homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho.

⁷ Homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho.

o sentido crítico, para que se estimulem os alunos a se tornarem pessoas autónomas, responsáveis e cidadãos ativos.

Ao analisar o esquema conceptual do Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (figura 1) importa atender a duas das suas dimensões. Na primeira evidenciam-se os princípios e a visão pelos quais se pauta a ação educativa. Os diversos princípios mencionados justificam e dão sentido a cada uma das ações relacionadas com a execução e a gestão do currículo na escola em todas as áreas disciplinares. A visão do aluno, que decorre dos princípios, explicita o que é pretendido para os jovens. Na segunda (figura 1), evidenciam-se os valores e as competências a desenvolver pelos alunos. Os valores são orientações segundo as quais determinadas crenças, comportamentos e ações são definidos como adequados e desejáveis. As competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que envolvem não só o conhecimento como também capacidades cognitivas e psicomotoras.



Figura 1 - Esquema conceptual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017)

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, representa um compromisso com a educação inclusiva, que, como estabelecido pela UNESCO (2009), se define como sendo

um processo que procura aumentar a capacidade do sistema educativo de responder às necessidades de todos os alunos. Tal como dispõe o artigo 1.º do próprio Decreto-Lei, o objetivo deste é estabelecer “os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” e identificar “as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão”. Importa ainda mencionar que, tal como disposto no artigo 3.º deste Decreto-Lei, a educação inclusiva deve orientar-se por princípios como a educabilidade universal, a equidade, a inclusão, a personalização, a flexibilidade, a autodeterminação, o envolvimento parental e a interferência mínima.

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, por sua vez, tem como objetivo estabelecer o currículo dos ensinos básico e secundário e os seus princípios orientadores para que todos os alunos possam adquirir os conhecimentos e desenvolver as capacidades e as atitudes que vão ao encontro do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Posto isto, importa mencionar que o conteúdo do Decreto-Lei n.º 54 e do Decreto-Lei n.º 55 deve ser considerado em conjunto, uma vez que os dois diplomas privilegiam o conceito de equidade. Isto é, o princípio de que a escola deve garantir a equidade, pois só assim se consegue garantir a igualdade de oportunidades. Para além disso, para que se atinja a equidade desejável, é também necessário reconfigurar a ação dos docentes, sendo que o professor se deve apresentar como o interlocutor qualificado que serve de apoio aos processos de formação e de aprendizagem dos alunos. Este deve então apoiar diretamente os alunos, apoiar e estimular a capacidade de reflexão dos alunos e potenciar a organização de situações de trabalho e de aprendizagem.

Em convergência com os documentos estruturantes do currículo citados anteriormente, e que constituem os referenciais para o ensino-aprendizagem da Geografia, as AE (DGE, 2018) devem ser utilizadas pois traduzem-se num conjunto de conhecimentos, capacidades e atitudes que devem ser adquiridos pelos alunos, estando estes identificados e estruturados consoante as unidades curriculares e os anos letivos. O que se pretende é que os alunos tenham oportunidade de desenvolver essas capacidades e atitudes em todas as disciplinas que compõem a matriz curricular e ao longo de todos os ciclos de formação. Este documento apresenta então uma estrutura curricular específica

para cada disciplina com a sugestão de estratégias de ensino e aprendizagem articuladas com a natureza do saber disciplinar e orientadas para consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017). No que diz respeito especificamente à disciplina de Geografia, as AE do ensino básico encontram-se organizadas em três áreas distintas de desenvolvimento das competências, nomeadamente identificar e distinguir lugares e regiões, discutir de forma crítica as relações entre fenómenos e espaços geográficos e, por fim, comunicar e participar (DGE, 2018).

2.2. O lugar da Geografia no currículo

Para que se compreenda a importância que a Geografia tem na formação dos cidadãos, importa primeiramente ter em consideração o significado desta. Tal como argumenta o geógrafo português Orlando Ribeiro (2012), a Geografia é uma ciência complexa, não só pela quantidade de temas que aborda, mas também pelo facto de o estudo destes poder atingir diversos níveis. Esta ciência torna-se ainda mais relevante tendo em conta que não só permite compreender diversos temas, tais como o clima e a população, como também permite compreender a ligação entre estes, ponderando causas e consequências, ainda com outras variantes. No entanto, é importante mencionar que a Geografia é uma ciência em constante mudança, uma vez que esta é a ciência que descreve o mundo e que tem de acompanhar as mudanças do mesmo, sendo que estas são cada vez mais acentuadas.

No que diz respeito à educação geográfica, Lefèvre (1978) argumenta que as potencialidades desta assumem um carácter tanto intelectual como caracterial. As potencialidades com dominantes intelectuais dizem respeito a domínios como a inteligência geral, a capacidade de reflexão, de observação e de análise, a memória geral e as principais formas de memória, a forma de inteligência predominante, a compreensão, o espírito crítico, a precisão, a aptidão para distinguir o que é essencial do que o não é, a imaginação, entre outros. Já as potencialidades com dominantes caracteriais dizem respeito a domínios como a atenção, a adaptabilidade, o sentido estético, a objetividade e imparcialidade, os sentimentos, a emotividade, os gostos particulares para determinados temas, entre outros. Também Haubrich (2006) defende que é possível identificar duas

importantes finalidades da educação geográfica. A primeira finalidade prende-se com o facto de a disciplina de Geografia contribuir para a construção de saberes relacionados com questões sociais, económicas e ambientais. A segunda finalidade diz respeito ao facto de a Geografia estar associada ao desenvolvimento de atitudes e valores consonantes com o exercício de uma cidadania ativa. Um caminho que é construído tendo em conta “o respeito e o apreço pelas belezas naturais do planeta e a diversidade dos seus modos de vida; a qualidade do ambiente e dos habitats naturais e humanos; a simpatia para com a diferença e o respeito pelos direitos do homem”, entre outros (Haubrich, 2006, p. 44). Assim sendo, a educação geográfica pode ser encarada como uma forma de estimular nos educandos a capacidade de análise e a tomada de consciência sobre diversos fatores que intervêm em diversos fenómenos (Alexandre & Diogo, 1990). No entanto, importa mencionar que esta disciplina deve servir também para motivar a criatividade dos alunos, principalmente no que diz respeito à descoberta de novos métodos de análise que levem a soluções inovadoras (Alexandre & Diogo, 1990).

2.2.1. O ensino da Geografia no quadro da educação para a cidadania

Por ser considerada como um direito humano básico e por se assumir como fundação para a construção da paz e para a promoção do desenvolvimento sustentável, a UNESCO (2019) considera a educação como um dos seus objetivos prioritários. É neste sentido que as Nações Unidas (2015) elaboraram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. O quarto objetivo da Agenda (Nações Unidas, 2015, p. 17) diz respeito à educação, tendo como propósito “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Esta Agenda torna-se ainda mais importante tendo em conta que a educação carece de uma nova abordagem centrada nos desafios da sustentabilidade, que assegure uma aprendizagem de qualidade. Como argumenta a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, “é necessária uma mudança fundamental na maneira como pensamos o papel da educação no desenvolvimento global, porque ela tem um efeito catalisador sobre o bem-estar das pessoas e para o futuro do nosso planeta (...)” (UNESCO, 2017, p.7). Assim Bokova considera que é cada vez mais importante que a educação tenha em conta os desafios e as alterações que vão surgindo ao longo do século

XXI de forma a promover valores e atitudes que fomentem a sustentabilidade, a inclusão e a paz (UNESCO, 2017).

Uma vez que interliga várias temáticas com os conceitos de sustentabilidade, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, entre outros, a disciplina de Geografia assume-se como uma das disciplinas que melhor pode potenciar e facilitar a formação geral de jovens enquanto cidadãos (Gomes, 2017). A Geografia, enquanto disciplina escolar e sempre ao encontro do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (DGE, 2017), possibilita que os jovens vejam a realidade de diversas perspetivas, ajuda nas decisões que estes tomam no seu dia a dia e, ao mesmo tempo, fomenta a forma autónoma de pensamento crítico relativamente a questões atuais em termos ambientais e sociais.

O estudo desta disciplina possibilita que os jovens olhem para o mundo de uma nova maneira, refletindo sobre o impacto que os seus comportamentos e decisões possam vir a ter no meio ambiente, tanto a nível ambiental como a nível de relações sociais. Uma vez que serão os jovens que, futuramente, terão um papel ativo na nossa sociedade, é importante que tenham capacidade de avaliar oportunidades e soluções, de mobilizar recursos e de construir ideias inovadoras, para que possam ajudar a combater os problemas da atualidade, principalmente a nível ambiental, visto que muitos dos problemas deste género⁸ são criados pela ação humana. Para que haja sucesso, tal como argumenta Harsham (2015), a aprendizagem da Geografia deve ter uma abordagem mais global e multidisciplinar, pois só desta forma os jovens serão capazes de desenvolver uma mentalidade que abranja para além da sua própria realidade. Esta intervenção deve ser iniciada o quanto antes, pois para além de serem jovens, os alunos são também cidadãos. Tal como argumenta Gomes (2017, p. 12), “esta intervenção não se pretende que seja adiada para o futuro, numa conceção de que cada aluno é uma pessoa no presente e não um adulto adiado”.

Existem diversas estratégias, tais como os trabalhos de carácter individual ou de grupo, dinamizados numa lógica de resolução de problemas, que podem ser aplicadas de forma a contribuir e potenciar a cooperação interpares dos alunos e o desenvolvimento de uma cidadania ativa. Por um lado, o trabalho individual pode servir como fonte de

⁸ Tais como o aquecimento global e o degelo.

motivação e competição para os alunos. Ainda que o trabalho de competição possa ser positivo, importa termos em conta que este pode também representar um entrave ao desenvolvimento pessoal e social do aluno (Estanqueiro, 2010). Desta forma, o trabalho em grupo é também importante na medida em que fomenta a cooperação entre os alunos (Estanqueiro, 2010). Através do recurso a estas estratégias, a Geografia contribui bastante para a desejada educação para a cidadania, pois ressalta a correlação entre os seres humanos e a sua dependência relativamente ao ambiente e ao território (Alexandre, Ferreira & Miranda, 2001).

Dentro de todos os conceitos-chave na área curricular da Geografia, é possível identificar dois que se evidenciam e que interligam com os temas da cidadania, nomeadamente o conceito de ambiente⁹ e o conceito de sustentabilidade¹⁰, sendo estes cada vez mais considerados como essenciais na construção da literacia geográfica dos educandos. Os autores Alexandre, Ferreira e Miranda (2001, p. 3) consideram os conceitos de *ambiente* e de *sustentabilidade* estruturantes do conhecimento geográfico contemporâneo pois “permitem confirmar sob o ponto de vista epistemológico a conceção da geografia como ciência dedicada ao estudo das inter-relações entre os sistemas humanos e naturais”. Desta forma, a disciplina da Geografia pode desempenhar um papel fulcral na formação de cidadãos socialmente intervenientes e ativos que tenham uma consciência crítica relativamente aos problemas da atualidade, capazes de analisar as inter-relações de fenómenos naturais e humanos e a importância de preservar o meio ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Os temas tratados no âmbito do ensino da Geografia permitem também que os alunos tomem contacto com realidades económicas e sociais distintas, que reconheçam as semelhanças e as diferenças entre culturas, civilizações e povos, que reflitam sobre as diversas consequências ambientais, entre outras temáticas ambientais e sociais. Neste contexto, os alunos devem ser levados a desenvolver o pensamento crítico relativamente

⁹ O conceito de ambiente, tal como disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 11/87, é definido como sendo: “o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos fatores económicos, sociais e culturais com efeito direto ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”.

¹⁰ O conceito de sustentabilidade define-se como sendo: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991, p. 46).

à distribuição da riqueza, a interessarem-se pela localidade e comunidade onde residem, a refletir sobre problemas sociais, ambientais e económicos que se identifiquem à escala tanto local como global e a procurarem soluções que visem a sustentabilidade. Assim sendo, é possível observar que a educação para a cidadania e a Geografia seguem as mesmas linhas de pensamento no que diz respeito ao desenvolvimento de valores e atitudes e de conhecimentos e capacidades (Machon & Walkington, 2000). Como exemplo, ambas as áreas partilham valores e atitudes comuns relativos à justiça social, ao sentimento de pertencer a um determinado lugar/comunidade, à empatia e ao respeito quanto à diversidade (Alexandre, Ferreira & Miranda, 2001). Todos estes são fulcrais para que qualquer educando pratique uma cidadania ativa e consciente na interpretação e resolução de problemas, tanto à escala local como à escala mundial.

A cidadania engloba a tomada de consciência e de decisões conscientes ao mesmo tempo que pressupõe a ação individual e simultaneamente a integração coletiva. Os indivíduos deverão, então, praticar uma cidadania ativa, exercendo dos seus direitos e cumprindo com as suas responsabilidades e deveres cívicos. Para tal, é necessário que os indivíduos adquiram determinadas aptidões e capacidades implícitas na educação geográfica, nomeadamente localizar, recolher, interpretar e aplicar informação de forma a identificar problemas e a solucioná-los. Cada vez mais é importante garantir que os jovens compreendam as diferentes realidades do mundo, procurando potenciar a capacidade de análise crítica e construtiva dos mesmos. Estas atitudes e competências podem ser trabalhadas em Cidadania e Desenvolvimento, bem como em Geografia.

3. A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

3.1. Contexto organizacional: a Casa Pia de Lisboa

A Casa Pia de Lisboa é um instituto público com autonomia administrativa, financeira e técnica, ainda que seja indiretamente administrado pelo Estado Português. Este instituto tem como missão “integrar crianças e adolescentes, designadamente as desprovidas de meio familiar adequado, garantindo-lhes percursos educativos inclusivos, assentes, nomeadamente, numa escolaridade prolongada, num ensino profissional de qualidade e numa aposta na integração profissional e, sempre que necessário, acolhend-os” (Casa Pia de Lisboa, 2019).

Em termos de estrutura organizativa, a Casa Pia engloba diversos Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) que se organizam consoante a sua função/natureza. Neste sentido, existem três tipos distintos de CED, nomeadamente o CED tipo 1, o CED tipo 2 e o CED tipo 3. O CED tipo 1 tem como função o acolhimento residencial de crianças e jovens que se encontram em risco. O CED tipo 2 tem como finalidade a educação dos diversos ciclos e níveis escolares, incluindo a educação pré-escolar, o ensino básico, cursos profissionais, entre outros (Casa Pia de Lisboa, 2019). O CED tipo 3, por sua vez, destina-se à inserção escolar e profissional de pessoas com deficiências sensoriais, nomeadamente jovens e crianças, promovendo também auxílio a famílias com problemas económicos e sociais (Casa Pia de Lisboa, 2019).

O Centro de Educação e Desenvolvimento Nossa Senhora da Conceição (CED NSC) da Casa Pia de Lisboa, que é um CED tipo 2, foi o local de estágio atribuído para a prática de ensino supervisionada. Este CED certifica respostas educativas que vão desde a educação pré-escolar ao 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Importa mencionar que nesta instituição os jovens não são intitulados de alunos, mas sim de educandos. Tal como se encontra disposto no artigo 3.º do próprio Regulamento Interno do CED NSC (Casa Pia de Lisboa, 2018, p. 4) um educando traduz-se numa “criança ou jovem, menor ou maior de idade, matriculado numa resposta assegurada pelos CED da CPL, I.P. (...)”.

No que diz respeito ao espaço físico, o CED NSC encontra-se localizado no edifício do antigo Convento das Trinitárias, no centro da cidade de Lisboa, mais

especificamente no Largo do Rato. O CED Nossa Senhora da Conceição caracteriza-se por ser um edifício bastante antigo com espaços relativamente amplos, mas com salas de aula acolhedoras, uma vez que a estrutura arquitetónica de base não era direcionada para fins educacionais. Devido a este facto, tem vindo a evidenciar-se a necessidade de intervenção para melhorar os espaços exteriores e interiores.

Todas as salas de aula se encontram devidamente equipadas com computadores e quadros interativos. Existem, inclusive, duas salas de aulas, denominadas de *Coder Studio* e que se encontram equipadas com vários computadores com acesso à internet, e também um espaço supervisionado, o Atelier do Aluno, onde os alunos podem estudar, fazer os trabalhos de casa, pedir ajuda ao professor presente, entre outras atividades. O objetivo destes espaços é essencialmente motivar os jovens ao longo do seu processo de aprendizagem.

Para além das salas de aulas e dos espaços dedicados aos alunos, existem também diversas salas de reuniões para os professores e um auditório, espaço destinado a eventos, conferências e receção de convidados.

Relativamente ao exterior da escola destinado ao recreio, a longo do ano letivo foram feitas algumas remodelações. Como exemplo, foi construído um novo ringue, para que os educandos pratiquem atividades desportivas, e também uma pequena horta, sendo esta cuidada e tratada tanto pelos alunos como pelos professores.

3.1.1 Uma estratégia de integração curricular

O lema do CED NSC da Casa Pia de Lisboa é “do sucesso à excelência: incluir, inovar, crescer e caminhar”. Por outras palavras, a Casa Pia de Lisboa procura uma educação sustentada na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens que se encontram em risco, construindo uma aprendizagem inclusiva e formando cidadãos autónomos, solidários e responsáveis numa sociedade aberta ao mundo (Casa Pia de Lisboa, 2007). É neste sentido que a Casa Pia de Lisboa tem vindo a apostar no desenvolvimento de metodologias de intervenção que apelem à participação e ao envolvimento de diversos intervenientes no processo socioeducativo. Assim, têm vindo a ser implementados programas de promoção de competências pessoais e sociais,

nomeadamente o Projeto Integrado de Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS), programas de Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas, de Promoção de Competências, de Prevenção de Violência, de Promoção da Segurança e de Promoção de uma Alimentação Saudável, entre outros (Correia *et al*, 2014). No entanto, devido ao vasto número de programas que visavam a promoção das diversas competências pessoais e sociais, tornou-se necessário desenvolver e implementar um programa único que incluísse não só as competências já mencionadas, mas também outras temáticas. Foi neste sentido que, em 2011, surgiu o programa de Competências Sociais Integradas (CSI), um programa que articula as diferentes metodologias utilizadas numa metodologia única de formação e de avaliação integradora do trabalho desenvolvido no âmbito das competências pessoais e sociais. O CSI, que promove competências em vários domínios, como a educação sexual, o desenvolvimento vocacional e outros temas de Cidadania, tem vindo a ser implementado nos diversos CED da Casa Pia de Lisboa.

Devido à alteração das matrizes curriculares em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e na sequência da regulamentação da Direção-Geral da Educação, a Casa Pia de Lisboa integrou o novo projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, no qual se insere a nova disciplina denominada Cidadania e Desenvolvimento. Importa mencionar que antes de ser introduzida esta disciplina, os temas e as problemáticas no âmbito da educação para a cidadania já eram trabalhados através do programa CSI. Neste quadro, a nova disciplina deu continuação a uma prática já instalada na cultura de escola, acrescentando a vertente da avaliação dos alunos, já que o CSI apenas era avaliado enquanto programa; os alunos não eram avaliados.

A avaliação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento assenta nas áreas de competências consideradas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória¹¹ que se encontram diretamente relacionadas com as competências intrapessoais, como o autoconhecimento, a autoestima, o autocontrolo e a resolução de problemas, e com as

¹¹ Nomeadamente linguagens e texto, informação e comunicação, pensamento crítico e pensamento criativo, raciocínio e resolução de problemas, saber científico técnico e tecnológico, relacionamento interpessoal, desenvolvimento pessoal e autonomia, bem-estar, saúde e ambiente, sensibilidade estética e artística e, por fim, consciência e domínio do corpo.

competências interpessoais, como a comunicação, a assertividade, a resolução de problemas sociais, entre outros (Casa Pia de Lisboa, *s.d.*).

3.2. Contexto da prática supervisionada

Como foi previamente mencionado, o CED NSC da Casa Pia de Lisboa foi o local de estágio atribuído para a prática de ensino supervisionada abordada no presente relatório. A orientadora de estágio designada para acompanhar o processo foi a professora Sílvia Dias, tendo sido atribuídas duas turmas de diferentes níveis de escolaridade, nomeadamente o 7.ºA e o 9.ºA. Foi delineado o funcionamento da prática de ensino supervisionada, as reuniões a ser realizadas, os espaços em que se previa coadjuvação do estagiário, as aulas a ser lecionadas, assim como as intervenções a realizar em cada turma atribuída.

Os primeiros dois meses de estágio foram dedicados à observação de aulas de Geografia lecionadas pela professora orientadora. Durante o processo de observação foi possível identificar que grande parte dos alunos de ambas as turmas lecionadas no âmbito da prática de ensino supervisionada são jovens que se enquadram na missão da CPL, cujos contextos sociofamiliares e económicos apresentam fragilidade. No entanto, a maioria destes jovens demonstrou ser bastante empenhada, interessada e curiosa, o que permitiu e facilitou a tarefa de trabalhar diversas temáticas de Cidadania inseridas na disciplina de Geografia.

Para além de avaliar o meio envolvente da escola e da respetiva comunidade escolar, foi necessário um conhecimento mais aprofundado dos alunos das turmas atribuídas, tendo em conta, numa primeira fase, as idades e dados sobre os seus percursos escolares. Esta primeira fase, que ocorreu durante o processo de observação de aulas de Geografia lecionadas pela orientadora, permitiu fazer uma análise das abordagens e estratégias que viriam a ser as mais adequadas às necessidades e características dos alunos no contexto de sala de aula.

Nos três meses seguintes as aulas foram lecionadas pelo autor do presente relatório, sempre sob a supervisão da professora Sílvia Dias. No que diz respeito a estas aulas, as atividades letivas foram planificadas e organizadas, no sentido de as tornar mais

apelativas, motivadoras e interativas, a fim de cativar a atenção e a curiosidade dos alunos, pois durante o período de observação foi possível identificar que estes se tornam inquietos e desatentos perante conteúdos demasiado teóricos e abstratos. Para além disso, as planificações das aulas foram elaboradas tendo em atenção as temáticas de Cidadania, sempre que os seus conteúdos de Geografia permitiam essa interligação, como será demonstrado nos seguintes pontos.

Foram valorizadas estratégias de ensino partilhado, de autodescoberta, relacionadas com as motivações, interesses e capacidades, e adequadas aos diferentes alunos e contextos. Foi implementada uma metodologia ativa e participativa, explorando os recursos materiais disponíveis e recorrendo a trabalhos de investigação em grupo e individuais, visando a autoconfiança dos alunos e o desenvolvimento do espírito crítico através de uma participação dinâmica. Nos temas desenvolvidos promoveu-se o desenvolvimento cognitivo e a criatividade dos alunos e a incorporação dos seus contributos, ao longo das aulas. Também foram elaborados materiais diferenciados para alunos com dificuldades específicas, assim como se procurou diversificar as estratégias de modo a irem ao encontro das capacidades cognitivas dos mesmos. Foram aplicados conhecimentos geográficos articulados com conceitos de cidadania, como será demonstrado ao longo dos subcapítulos 3.2.1 e 3.2.2.

Uma das preocupações passou também pelo investimento na relação pedagógica estabelecida com os alunos, que se revelou ser bastante positiva, fruto da diversificação de experiências, da valorização do diálogo e da ajuda na tomada de decisões. Para além disso, procurou-se sensibilizar os alunos sobre a importância do respeito pela pessoa humana e pela preservação da natureza, como foi apelado ao gosto pelo espaço escolar.

Todos os conteúdos foram lecionados com rigor científico, num ambiente extremamente saudável em que se promoveu a gestão de processos de comunicação e interação e respeito entre os alunos, sobre temas tão frágeis da condição humana.

De acordo com a ENEC (GTEC, 2017) propõe-se que a abordagem da cidadania atenda a três eixos recomendados, a saber: atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos); relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo) e relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos). Os diferentes

domínios da educação para a cidadania encontram-se organizados com implicações diferenciadas, como os direitos humanos, interculturalidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, sendo que estas foram algumas temáticas da educação para a cidadania que se interligaram com a disciplina de Geografia. Importa mencionar que estes domínios assentam no primeiro grupo¹² identificado na ENEC (GTEC, 2017). Relativamente ao segundo grupo¹³, foram interligados os temas das instituições e participação democrática e dos riscos. Conforme a ENEC (GTEC, 2017), inserem-se nestes dois grupos diversas áreas temáticas, tais como a dimensão europeia da educação, a sustentabilidade para a educação ambiental, educação para a segurança, a defesa e a paz, educação para o desenvolvimento, a educação para o risco e a educação para os direitos humanos. A interligação da educação geográfica e da educação para a cidadania partiu de propostas articuladas com o plano de atividades do Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas (Anexo 1), com o plano curricular de cada turma e de acordo com a estratégia de educação para a cidadania da CED NSC relativa ao ano letivo 2018/2019 que deriva da estratégia da CPL (Anexos 2).

3.2.1. Prática de Ensino Supervisionada do 7.ºA

A turma do 7.ºA foi uma das turmas atribuídas, sendo esta constituída por vinte alunos, dez do sexo masculino e dez do sexo feminino. A média de idades dos alunos corresponde aos treze anos de idade. Dos vinte alunos da turma, e de acordo com o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, a três foram aplicadas medidas universais – tais como a diferenciação pedagógica, acomodações curriculares, a promoção do comportamento pró-social e a intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos – e seletivas – nomeadamente adaptações curriculares não significativas, apoio psicopedagógico (Pedagógico personalizado de Educação Especial, reforço de aprendizagens e apoio tutorial). Ao longo do ano letivo, foram ainda referenciados cinco alunos para usufruírem de medidas universais de suporte à aprendizagem e inclusão.

¹² O primeiro grupo é obrigatório para todos os anos e ciclos de escolaridade.

¹³ O segundo grupo é obrigatório no mínimo em dois ciclos do ensino básico.

As práticas e estratégias adotadas visaram estimular a participação dos alunos, recorrendo ao reforço positivo e incentivo no realizar dos trabalhos propostos, quer na aula, quer extra-aula.

Em termos comportamentais, a turma revelou ser consideravelmente agitada e apresentou algumas dificuldades no domínio de atitudes e de valores, não só em contexto de sala de aula, mas também fora desta. Tanto a agitação como as dificuldades mencionadas foram particularmente notórias nos alunos do sexo masculino. Para além disso, a turma no geral apresentou também dificuldades na expressão escrita e na interpretação, bem como fragilidades tanto no domínio científico como no domínio social, havendo mesmo intervenções orais desadequadas tanto na sala de aula como fora desta.

Durante o período de observação de aulas, o autor do presente relatório de estágio teve a possibilidade de participar nas atividades que foram propostas à turma, principalmente no âmbito da área curricular de DAC. Desta forma, procurou-se estabelecer uma maior proximidade com os alunos, de forma a poder também conhecer melhor a personalidade de cada um. Alguns dos alunos tinham já um historial de comportamentos menos assertivos e, por isso, procurou-se realizar as aulas de forma mais apelativa e dinâmica, exigindo uma interação constante entre aluno e professor. Foi constantemente utilizado como recurso o *power point* (Anexo 3 e 4), sempre com a preocupação de incluir diversos esquemas, resumos, imagens e vídeos sobre a temática abordada, sempre numa perspetiva do mundo atual e de acordo com o quotidiano, permitindo captar a atenção e interesse dos alunos e estimular a sua participação.

Relativamente aos documentos das AE (DGE, 2018), o 7.º ano de Geografia encontra-se estruturado nos seguintes temas e subtemas:

- A Terra: Estudos e Representações:
 - Descrição da paisagem;
 - Mapas como forma de representar a superfície terrestre e localização dos diferentes elementos da superfície terrestre.
- O Meio Natural:
 - Clima e Formações vegetais;
 - Relevo.

O tema “A Terra: Estudos e Representações” foi abordado aquando da prática das aulas supervisionadas. Em conselho de turma, foram selecionados os temas a serem abordados na planificação de cidadania e desenvolvimento e definidos os temas prioritários, face à caracterização da turma (Anexo 5).

Na temática da Geografia de 7.º ano, tal como consta da planificação anual, por período letivo (Anexo 6), os temas da ENEC que se procurou interligar foram as instituições e participação democrática, os direitos humanos, a educação para a segurança e a defesa e a paz. A dimensão europeia foi interligada com o tema da geografia referente à inserção de Portugal na União Europeia, tendo sido realizada uma visita de estudo ao Espaço Público Europeu, como será ainda abordado. Relativamente aos direitos humanos, a educação para a segurança e a defesa de paz foram temáticas abordadas em DAC e também foram assuntos amplamente abordados nas aulas e debatido pelos alunos.

De forma a conseguir alcançar os objetivos propostos, houve a necessidade de recorrer a modelos teóricos de ensino que permitissem atender às características e necessidades dos alunos enquanto grupo-turma, atendendo e cumprindo com as especificidades da disciplina de Geografia, conjugando-os com os temas da cidadania. Os métodos utilizados com a turma em sala de aula tiveram como base o modelo expositivo e uma diferenciação de currículos.

Para além disso, foram também realizadas atividades práticas diversificadas que foram ao encontro dos temas da disciplina de Geografia e da Cidadania. Para exemplificar como foi feita esta ligação, será considerada a visita ao Espaço Público Europeu, a atividade prática realizada no âmbito da Semana da Europa, bem como a aulas relativas ao plano número 4 e 7 (Anexo 7), juntamente com planos de outras aulas supervisionadas de 7.º ano.

Em termos de avaliação em cada aula foram tidos em conta os seguintes parâmetros: participação e empenho, o comportamento, a criatividade e a resolução das tarefas propostas durante as aulas. E assim aplicaram-se nos domínios dos conhecimentos e capacidades e atitudes e valores (Anexo 8).

- **Atividade prática realizada: Visita ao Espaço Público Europeu**

No dia 2 de junho ocorreu a visita ao Espaço Público Europeu, uma atividade organizada conjuntamente com a professora orientadora. O espaço é descrito como um local de promoção do conhecimento de temas da União Europeia o que contribui para um exercício ativo da cidadania para os jovens. Com esta visita pretendia-se que os alunos continuassem a adquirir conhecimentos e desenvolvessem competências geográficas e de cidadania, sobre várias temáticas no espaço da união europeia. Simultaneamente, os alunos tinham de desenvolver as suas capacidades de educação para a cidadania, com o saber ser, estar e fazer. Mas, infelizmente, a visita de estudo não correu muito bem, pois o espaço é pequeno para a quantidade de alunos que se levou e a apresentação do espaço, e os temas apresentados pela instituição da União Europeia tornaram-se muito expositivos o que levou à dispersão da concentração dos alunos. No entanto, também teve os seus pontos positivos, uma vez que o abordado na visita serviu para consolidarem as aprendizagens da aula através da exploração de outros conteúdos e da promoção de debate. A visita permitiu aos alunos consolidarem as aprendizagens introdutórias à União Europeia, mas principalmente consciencializá-los para um futuro papel ativo na União Europeia. Esta consciencialização potencia que os alunos transmitam as informações registadas aos seus familiares próximos. Como exemplo, o direito de voto nas eleições europeias foi uma das informações mais destacadas pela guia, pois é com estes passos que se consegue desenvolver a identidade europeia, sendo que esta se baseia em valores de cidadania ativa e num sentimento de cidadão do mundo. No anexo 9 encontra-se o documento de auto e heteroavaliação, utilizado após a realização da visita de estudo.

- **Atividade prática realizada: Semana da Europa**

A Semana da Europa foi uma atividade de escola organizada pelo Clube Europeu da CED e pelos Departamentos Curriculares de Línguas e de Ciências Sociais e Humanas, que contou com várias atividades lúdicas ao longo da semana (Anexo 10), sobre o Espaço Europeu, contando com a presença da senhora Secretária de Estado da Inclusão, Dr.^a Ana Sofia Antunes.

Em conjunto com todos os colaboradores, foram organizadas atividades lúdicas, tal como mencionado. Assim, realizou-se um *peddy-paper* sobre os países da União Europeia, dirigido às turmas do 7.º ano e 8.º ano. Um ponto curioso do dia foi o concurso da melhor bandeira da Europa organizado pelo Clube Europeu. Curiosamente, os alunos que ganharam foram três rapazes do 7.ºA que elaboraram uma bandeira de França repleta de criatividade e originalidade. Podendo-se concluir que a articulação, não só de conteúdos, mas de estratégias entre professores consegue ter resultados positivos. Cumpre-se assim que a missão de preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos violentos” (GTEC, 2017, p. 4), não apenas em cidadania e desenvolvimento, mas na articulação de outras disciplinas.

- **Plano da aula n.º 4**

Para concretizar os objetivos inerentes do plano de aula n.º 4 (Anexo 7), foi proposto a elaboração de um trabalho autónomo e de pesquisa aos alunos, tendo-lhes sido aleatoriamente atribuído um país europeu. Para a realização do trabalho individual, foi fulcral a aula anterior, que serviu de introdução às características específicas do continente europeu e à apresentação dos diversos países europeus com recurso a uma apresentação *power point* (Anexo 3). Houve também a necessidade de incluir as duas seguintes aulas para a realização do trabalho, sendo que a aula correspondente ao plano n.º 5 serviu para que os alunos continuassem e concluíssem os seus trabalhos. Na aula correspondente ao plano n.º 6, os alunos apresentaram oralmente os seus trabalhos, seguindo-se um debate sobre a informação nova e diversificada apresentada por estes.

O trabalho só foi possível realizar graças à reserva da sala do *Coder Studio* que permitiu aos alunos terem um computador com internet para realizar a sua pesquisa para o trabalho, ao longo das duas aulas. A realização do trabalho proposto aos alunos permitiu potenciar e desenvolver tipos de inteligência de Gardner, entre eles o conhecimento espacial, o intrapessoal, o interpessoal e a componente linguística (Arends, 2007). O conhecimento espacial foi explorado através do recurso aos computadores com ligação à

internet, o que permitiu que os alunos realizassem a pesquisa de forma autónoma, seleccionassem informação pertinente, mobilizassem diferentes fontes de informação e adquirissem conhecimentos relativos à temática. As componentes intrapessoal e interpessoal desenvolveram-se uma vez que os alunos desenvolveram competências de comunicação, utilizaram a sua imaginação e escutaram a opinião dos outros, apresentando argumentos e informações de retorno sensível. Por fim, os alunos desenvolveram também a componente linguística que se encontra associada à leitura da informação pesquisada e seleccionada para construção e realização dos seus trabalhos. Esta componente foi também fomentada com o debate, uma vez que se gerou uma grande diversidade de informação encontrada e trabalhada por cada aluno.

Ao longo do trabalho, e após a conclusão e apresentação do mesmo, registou-se que a atividade foi concluída com sucesso, tendo-se registado avaliações francamente satisfatórias, em que os alunos valorizaram mais as curiosidades relativas a aspetos sociais e gastronómicos. Constatou-se que os trabalhos estavam recheados de informações pertinentes e verídicas dos países e, onde a criatividade, por parte dos alunos, se revelou em trabalhos finais com grande originalidade. Assim, foram atingidos os objetivos de articulação com educação para a cidadania, uma vez que permitiu os alunos desenvolverem um trabalho autónomo, de forma ordenada e de aprendizagem colaborativa, aplicando conhecimentos tecnológicos e usando a sua criatividade. Estes tinham de saber ser, saber estar e saber fazer, para poderem concluir com sucesso a atividade apresentada. Por outro lado, ficaram a conhecer outras realidades, outras culturas proporcionando uma visão a uma escala global. Durante as aulas foi notório o interesse dos alunos, perante as tecnologias de informação e comunicação que lhes permite diferentes experiências de aprendizagem e uma conexão e interesse pela descoberta e seleção de diferentes fontes de informação.

- **Plano da aula n.º 7**

Para concretizar os objetivos mencionados no plano da aula n.º 7 foi realizada uma apresentação em *power point* (Anexo 4) com a temática da União Europeia abordando os seus objetivos, os países e os alargamentos, a inserção de Portugal na União Europeia e

os direitos e deveres de ser cidadão europeu. A apresentação em *power point* permitiu o uso de um fio condutor da temática e facilitou o registo de apontamentos por parte dos alunos. Após a explicação e apresentação da temática, os alunos realizaram os exercícios do caderno de atividades do manual “Fazer Geografia 3.0 – 7.º ano”. Para a realização dos objetivos mencionados foi utilizada uma estratégia baseada no modelo expositivo, o que permitiu proporcionar aos alunos uma organização prévia à apresentação de novas informações. Posteriormente, a realização dos exercícios do caderno de atividades permitiu consolidar a informação adquirida e potenciou o desenvolvimento do raciocínio dos alunos. A escolha do modelo para transmissão da temática foi feita por este ser um modelo que permite que os alunos adquirirem, assimilem e retenham novas informação ligadas a estruturas cognitivas já existentes. Para além disso, permite que os alunos desenvolvam os domínios interpessoal e intrapessoal, pois potencia o desenvolvimento de hábitos de pensar, analisar, ouvir e questionar a informação apresentada. Para que a aula tivesse o sucesso esperado, procurou-se encontrar exemplos do conhecimento prévio dos alunos para introduzir novas matérias. Para além disso, procurou-se também expor a matéria de uma forma entusiástica e apresentá-la de forma atrativa com recurso à apresentação em *power point*, o que permitiu colocar várias imagens alusivas à temática e capazes de captar a atenção dos alunos.

A temática da cidadania inserida nesta aula foi as Instituições e Participação Democrática, uma vez que os objetivos pretendidos para a área curricular da Geografia se interligam na educação para a cidadania, pois os alunos conhecem a história da formação da União Europeia, os seus alargamentos, como chegámos até aos dias de hoje e previsões para o futuro. Para além do referido, como cidadãos da União Europeia foi possível debater, reter e compreender os direitos e deveres que nos concernem enquanto cidadãos, o que demonstrou ser fulcral para a preparação da visita de estudo ao Espaço Público Europeu. Tal como previsto na ENEC (GTEC, 2017, para. 4), estes temas são essenciais para que os alunos “assumam a sua cidadania garantindo o respeito pelos valores democráticos básicos e pelos direitos humanos, tanto a nível individual como social”. Assim, a aula de Geografia foi uma ferramenta fulcral para um debate de cidadania.

3.2.2. Prática de Ensino Supervisionada do 9.ºA

O 9.ºA foi a segunda turma atribuída, constituída por quinze alunos, sendo nove do sexo masculino e seis do sexo feminino. A média de idades dos alunos corresponde aos quinze anos de idade. Dos quinze alunos, e de acordo com o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, três deles foram alvo de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, universais e seletivas, beneficiando de apoio psicopedagógico, da antecipação e do reforço das aprendizagens e de apoio tutorial.

Em termos comportamentais, a turma apresentava casos de alunos com participações disciplinares tendo sido necessário adotar uma postura um pouco mais assertiva, pois, durante o período de observação de aulas, os alunos foram manifestando atitudes e comportamentos diferentes, por vezes desafiadores da autoridade do professor. Para além disso, revelou também ser um desafio conseguir chegar até aos alunos de forma a que estes adquirissem e aprofundassem o seu conhecimento e/ou competências gerais e não apenas nas temáticas do interesse destes. Foi possível identificar desinteresse por alguns temas, o que fez com que houvesse a necessidade de adotar uma postura criativa, dinâmica e imaginativa de modo a ultrapassar os obstáculos diagnosticados no grupo turma.

Tendo em conta os documentos das Metas Curriculares (MEC, 2013), o 9.º ano de Geografia encontra-se estruturado nos seguintes temas e subtemas:

- Contrastes de Desenvolvimento:
 - Países com diferentes graus de desenvolvimento;
 - A interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento.
 - Soluções para atenuar os contrastes de desenvolvimento.
- Riscos, Ambiente e Sociedade:
 - Riscos Naturais;
 - Riscos Mistos;
 - Proteção, controlo e gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Houve a necessidade de interligar os temas de 9.º ano de Geografia com os temas de 8.º ano de Geografia a “População e Povoamento” e as “Atividades Económicas”, como consta da planificação anual, por período letivo (Anexo 11).

De forma a conseguir alcançar os objetivos propostos em cada plano de aula, tal como aconteceu com a turma do 7.º ano, houve a necessidade de recorrer a modelos teóricos de ensino que permitissem atender às características e necessidades dos alunos enquanto grupo-turma, atendendo e cumprindo com as especificidades da disciplina de Geografia, conjugando-o com os temas da cidadania. Os métodos utilizados com a turma em sala de aula tiveram como base o modelo baseado em problemas, o modelo expositivo e a aprendizagem cooperativa.

Apesar da descrição da turma em termos de conhecimentos e atitudes menos satisfatórias, os alunos demonstraram bastante interesse nas questões relacionadas com os problemas ambientais, a uma escala local e global.

O tema “Riscos, Ambiente e Sociedade” foi o tema abordado aquando da prática das aulas supervisionadas, interligando com o tema do 8.º ano as “Atividades Económicas”. Dentro dos temas mencionados, os subtemas que se interligaram foram os “Riscos mistos” do 9.º ano com o subtema “A agricultura e a pesca” do 8.º ano.

O 9.º ano não estava abrangido pelo novo modelo de autonomia e flexibilidade curricular, pelo que não tinha a disciplina curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Esta turma estava abrangida pelo programa CSI. Contudo, as disciplinas contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos, tal como previsto pela CPL, e para formar “cidadãos autónomos, solidários e responsáveis numa sociedade aberta ao mundo” (Casa Pia de Lisboa, 2007).

Em conjunto com a orientadora, na disciplina de Geografia procurou-se interligar e incluir as temáticas com a educação para a cidadania através das áreas temáticas da educação para o risco, da educação para o desenvolvimento e da educação ambiental para a sustentabilidade.

Em termos de avaliação em cada aula foram tidos em conta os seguintes parâmetros: pontualidade, participação e empenho no trabalho e o comportamento. E

assim aplicou-se a avaliação de competências e conhecimentos e nas atitudes e comportamentos (Anexo 12).

- **Plano da aula n.º 2**

Para concretizar os objetivos supracitados no plano de aula n.º 2 (Anexo 13) foi proposto aos alunos a realização de um trabalho de pesquisa, no qual tinham de realizar um cartaz que realçasse a importância da agricultura biológica, para ser exibido na Feira da Saúde que ocorreu na escola. A Feira da Saúde é uma atividade do Plano Anual de Atividades, organizada pelas várias disciplinas do corpo docente que consiste num dia aberto aos encarregados de educação e aos alunos. O cartaz elaborado pelos alunos tinha de evidenciar as vantagens de adquirir e de consumir produtos biológicos, de modo a apelar aos visitantes a prática de uma atitude de consumo sustentável, capaz de mudar o rumo de problemáticas ambientais com um pequeno gesto.

Para a realização dos objetivos mencionados foi fundamental a utilização de uma metodologia baseada na aprendizagem cooperativa, uma vez que permite aos alunos aprenderem a trabalhar em conjunto, a utilizar as suas diferentes capacidades de aprendizagem e a contribuir para o grupo em conjunto. A metodologia utilizada na aula funcionou, uma vez que permitiu aos alunos desenvolverem uma aprendizagem cooperativa, interagindo em grupo para a elaboração dos cartazes, na procura e seleção de informações. A construção dos cartazes permitiu que os alunos desenvolvessem os domínios da educação ambiental, potenciando uma aprendizagem sustentada na importância do meio ambiente e da sua relação com o ser humano. Para além disso, durante a aula foi também possível desenvolver os domínios intrapessoal e interpessoal, através da estimulação da comunicação, criatividade, espírito crítico e sensibilidade. Simultaneamente, pretendeu-se que os alunos difundissem a informação recolhida. Por fim, a componente linguística foi desenvolvida na medida em que os alunos tiveram de proceder à leitura da informação pesquisada, de forma a selecionarem a mais pertinente e essencial para cumprir os requisitos do trabalho proposto.

Esperava-se que os alunos desenvolvessem o seu espírito crítico como cidadãos de um espaço a várias escalas, pensassem e ponderassem os impactos da agricultura a

nível social, económico e ambiental, podendo expressar os seus pensamentos e/ou opiniões pela forma como realizaram e apresentaram o trabalho, o qual foi avaliado, pelo preenchimento de uma grelha de registo. Desta forma articulou-se com a educação para a cidadania, como por exemplo a disciplina das ciências naturais que estava a trabalhar a saúde e a alimentação, mas promoveu-se, principalmente, o desenvolvimento da cidadania ativa e participativa num contexto global; em anexo apresentam-se cartazes da atividade realizada (Anexo 14). Pode-se considerar que a atividade teve sucesso, pois alguns alunos conseguiram desenvolver o seu espírito crítico da forma como apresentaram os seus trabalhos e no diálogo estabelecido com os pares e comigo. Importa mencionar que esta iniciativa assenta nas temáticas da Geografia do subdomínio do 9.º ano “Riscos Mistos” interligando com o 8.º ano “A Agricultura” e nos temas da cidadania da educação ambiental para a sustentabilidade.

- **Plano da aula n.º 5**

Para concretizar os objetivos mencionados no plano da aula n.º 5 (Anexo 13), foi utilizada a interligação de duas metodologias, nomeadamente o método expositivo e o método baseado na aprendizagem em problemas. O método expositivo permitiu expor a matéria de forma significativa com os princípios e as ideias principais, interligando as novas informações adquiridas com o conhecimento prévio dos alunos. De seguida, foi aplicado o método baseado na aprendizagem em problemas, sendo que este permitiu o envolvimento ativo dos alunos e um processo que tem como objetivo levar os alunos a descobrirem e a construírem o seu próprio conhecimento, particularmente no que diz respeito às soluções para os problemas identificados. Neste sentido a aula foi estruturada em duas fases, sendo que numa primeira fase deu-se a exposição oral da temática, estando também prevista a visualização de três vídeos do *YouTube* alusivos à temática que retratavam os impactes da atividade piscatória – “Sardinha ibérica ameaçada”, “*Floating trash – island*” e “*Chasing coral*”. No entanto, ocorreu um imprevisto, sendo que a falta de internet impossibilitou a visualização dos vídeos, adiando-os para próxima aula. Após o contratempo e a exposição oral da temática, dividiu-se a turma em pequenos grupos de quatro elementos e propôs-se o desafio de descoberta de soluções para os problemas

expostos e debatidos na aula (Anexo 15). Seguiu-se o debate onde cada grupo propôs a sua solução e o seu ponto de vista. As ideias apresentadas e discutidas revelaram espírito crítico, enquadrando-se na atualidade e também na originalidade. Com o debate em torno das soluções, pretendeu-se desenvolver conceitos como: educação ambiental para sustentabilidade, educação para o risco e a educação para o desenvolvimento. Desta forma, articularam-se conteúdos com a educação para a cidadania, uma vez que os ajuda ao desenvolvimento do espírito crítico e tenta consciencializar para a compreensão de problemas desde o nível local até uma escala mundial. E nada mais global e globalizante do que falarmos em oceano ou mar, ou não fosse o Planeta Terra denominado de Planeta Azul por ser maioritariamente constituído por água. Para concluir a temática, estava previsto a turma visualizar um vídeo relativo a uma técnica de pesca sustentável utilizada em Portugal, nomeadamente a aquacultura, “Minuto do Mar – Aquacultura em Portugal”. No entanto, a visualização do mesmo ficou adiada devido à falha de internet.

A segunda parte desta atividade foi dedicada à abordagem e observação de imagens de poluição das águas marinhas e continentais a uma escala global. O desafio proposto aos alunos visava encontrar uma solução para os problemas mencionados, mais concretamente na atividade piscatória. A aula enquadra-se assim numa educação ambiental para a sustentabilidade, uma vez que os alunos identificam um problema e terão que adotar uma atitude de prevenção e gestão do mesmo, tendo sempre em conta uma decisão fundamentada face aos efeitos das atividades humanas sobre o ambiente.

3.3. Reflexões finais sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas

Após o término da prática de ensino supervisionada do 7.ºA, é possível concluir que a desconcentração e a agitação eram frequentes na sala de aula, mas, quando o conteúdo interessava e quando os alunos eram desafiados, estes adotavam uma postura trabalhadora e motivadora, realizando todas as atividades que lhes foram solicitadas. Um dos pontos mais positivos a destacar desta turma, ao longo do ano letivo, foi a mudança inequívoca de atitudes, destacando-se a perseverança e a solidariedade. Uma situação em que se verificou esta melhoria foi na visita de estudo à Quinta do Arrife, na qual foram realizadas atividades em grupo (de realçar as atividades de orientação em BTT e a pé),

em que os alunos adotaram nitidamente uma postura de cooperação através de um espírito de entreatajuda e colaboração. Os alunos compreenderam então que para terminar as provas era necessário a ajuda e a presença de todo o grupo, sendo que se algum elemento do grupo ficasse para atrás, era dever do grupo apoiar o colega e ajudá-lo no caminho.

Foi elaborado um teste sumativo e os respetivos critérios de correção (Anexo 16), tendo este sido aplicado na última aula supervisionada lecionada. A orientadora procedeu à correção e à respetiva avaliação do teste referido.

Da prática de ensino supervisionada do 9.º A, é possível concluir que, apesar das dificuldades sentidas, a turma se revelou interessada, com a maioria dos alunos dispostos a aprender e a colaborar, sempre curiosos no que diz respeito a questões atuais, em que o tema privilegiado foi as questões ambientais, como já referido anteriormente. Para além disso, ao longo do ano, por diversas vezes os alunos contribuíram com um ponto de vista construtivista, dando sugestões de forma a tornar as aulas mais apelativas.

As avaliações inerentes às aulas supervisionadas foram registadas em grelhas pela orientadora e de acordo com os critérios de avaliação da disciplina de geografia. A avaliação, sendo um elemento-chave de desenvolvimento do currículo, constitui um processo regulador do ensino e da aprendizagem, que orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens desenvolvidas, nomeadamente através dos conhecimentos adquiridos, bem como das capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas das competências inscritas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (DGE 2017). No final de cada período letivo, em conselho de turma procedeu-se à avaliação tendo em conta os critérios gerais de avaliação da escola (Anexo 17) e dos critérios de avaliação da disciplina de geografia (Anexo 8 e 12), em que as ponderações para o domínio cognitivo – conhecimentos e capacidades – são de 70%, e para o domínio socioafetivo – atitudes e valores – são de 30%.

Enquanto professor, a mensagem que se procurou transmitir a estes jovens foi de desenvolver o gosto pela disciplina de Geografia. Procurou-se principalmente fazer com que estes passassem a ter uma visão mais global acerca da realidade mundial. Em conjunto com a orientadora de estágio, tentou-se combater esses problemas e impedir que se tornassem maiores através de conversas particulares, de pequeno grupo ou para a

turma, aproveitando a abordagem de temáticas da educação para a cidadania. Apesar de estas conversas terem sido maioritariamente de carácter informal, pode dizer-se que tiveram impacto tanto nas aprendizagens como nas relações interpessoais entre professor e aluno e, principalmente, entre os alunos.

Na prática de ensino supervisionado às turmas atribuídas, a avaliação foi próxima de 100%. A diversidade dos alunos surgiu como uma mais-valia no desafio de encontrar formas de lidar com as diferenças, adequando o processo de avaliação das aprendizagens às características e condições individuais de cada aluno, para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa, tal como preconizam os documentos orientadores, nomeadamente o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, as AE e o Decreto-Lei n.º 54/2018.

Conclusão

No presente relatório foi abordado o tema: “Geografia e Cidadania: uma visão humanista”, cujo principal objetivo passou por relacionar e aplicar os diversos temas da cidadania com os diversos temas da educação geográfica. Para a elaboração deste relatório, a junção destas duas áreas disciplinares foi posta em prática durante o estágio realizado no CED NSC, supervisionado pela professora Sílvia Dias, que decorreu entre novembro de 2018 e maio de 2019. A amostra corresponde a duas turmas, sendo uma delas do 7.º ano de escolaridade e outra do 9.º ano de escolaridade.

No primeiro capítulo do presente relatório foi apresentado o conceito de cidadania e a sua evolução, de forma a que fosse possível compreender a importância deste conceito na atualidade. Considerar a evolução do conceito de cidadania é importante, pois este assume contornos distintos consoante o contexto cultural, político e linguístico (Araújo, 2008). Se na Antiguidade a cidadania era referente à participação na *polis* e à administração da cidade, hoje em dia assume-se como a qualidade atribuída a todos os indivíduos que lhes concede um conjunto de direitos e deveres. No contexto escolar, e aquele que importa considerar no presente relatório, o documento da Educação para a Cidadania – Linhas Orientadoras (MEC, 2012, p. 1) indica que a cidadania se define “numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social”. É neste sentido que a educação para a cidadania se encontra no currículo nacional. O que se pretende, tal como menciona a ENEC (GTEC, 2017), é permitir que os jovens desenvolvam um conjunto de competências e conhecimentos a trabalhar no âmbito da educação para a cidadania, sempre em convergência com as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

No segundo capítulo foi abordada a educação geográfica, nomeadamente os documentos estruturantes do currículo nacional, a importância desta para a formação de cidadãos e a forma como se interliga com os temas da Cidadania. A educação geográfica assume-se como sendo bastante importante para a formação de cidadãos, na medida em que permite que os alunos adquiram conhecimentos relacionados com questões sociais, económicas e ambientais (Haubrich, 2006). Para além disso, a educação geográfica

potencia que os alunos desenvolvam as capacidades de análise e de tomada de decisão no que diz respeito a inúmeros fatores que intercedem em diversos fenómenos sociais, económicos e ambientais (Alexandre & Diogo, 1990). É desta forma que a educação geográfica permite que os alunos desenvolvam atitudes e valores que se interligam com o exercício de uma cidadania ativa (Haubrich, 2006).

No terceiro capítulo do presente relatório foi abordada a experiência e reflexão na prática de ensino supervisionada na CED NSC.

Tendo em conta tudo o que foi discutido no presente relatório de estágio, é possível concluir que cada vez mais é importante apostar numa educação para a cidadania, podendo esta ser fomentada através do recurso à educação geográfica. Ambas as áreas curriculares têm temáticas possíveis de relacionar, o que permite também alimentar a curiosidade dos educandos de forma mais dinâmica e, conseqüentemente, tornar as aulas mais atrativas. Na prática de ensino supervisionada foram trabalhados diversos temas da Cidadania em convergência com os temas da educação geográfica. Na turma de 7.º ano de escolaridade foram interligados os temas da Cidadania referentes aos Direitos Humanos, Interculturalidade e Instituições e Participação Democrática com os temas da Geografia referentes à «Terra: Estudos e Representações», nomeadamente no subtema «A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre» os conteúdos as especificidades físicas e humanas dos continentes, principalmente continente europeu, e a inserção de Portugal na União Europeia. Na turma de 9.º ano de escolaridade foram interligados os temas da Cidadania referentes ao Desenvolvimento Sustentável, a Educação Ambiental e os Riscos com o tema da educação geográfica «Riscos, Ambiente e Sociedade» tendo também sido abordado o tema do 8.º ano de escolaridade as «Atividades Económicas». As interligações dos dois temas foram realizadas com o subtema do 9.º ano, os riscos mistos, e o subtema do 8.º ano a agricultura e a pesca.

Em ambas as turmas, procurou-se adotar estratégias e desenvolver atividades que potenciasssem a capacidade crítica dos alunos, a consciencialização à escala local e global e que fomentassem a boa relação entre professor e alunos e entre os próprios alunos. Para além disso, procurou-se também garantir que os alunos compreendessem a utilidade dos

conteúdos retidos, nomeadamente através da realização constante de debates entre a turma para que estes trocassem ideias e opiniões sobre os temas abordados em aula.

As aulas lecionadas e as atividades realizadas no âmbito da prática de ensino supervisionada permitiram que os alunos compreendessem a relevância da Geografia na identificação de problemas sociais e ambientais e de potenciais soluções. Tal pôde verificar-se quando os alunos visitaram o Espaço Público Europeu e tiveram de considerar o seu papel na União Europeia e o que isso representa para a sociedade, ou quando tiveram de elaborar cartazes para a Feira da Saúde refletindo sobre as vantagens de adotar uma atitude de consumo sustentável e o impacto que isso pode ter na mudança do rumo de problemáticas ambientais. Desta forma, podemos afirmar que nas aulas de Geografia lecionadas no âmbito da prática de ensino supervisionada, os alunos não só cumpriram com sucesso os objetivos da disciplina, mas também desenvolveram competências e capacidades no âmbito da cidadania. Ao serem confrontados com os diversos temas da Geografia e da cidadania, os alunos tiveram de efetuar pesquisas de informação relevante, partilhar ideias e opiniões e refletir de forma crítica, o que demonstrou a tomada de consciência da importância de uma cidadania ativa.

Além da transversalidade entre a disciplina de Geografia e Cidadania, pode também salientar-se o facto de a Geografia, enquanto disciplina, ser relevante para evidenciar o papel dos alunos enquanto cidadãos. A Geografia assume então grande importância no sentido em que potencia o desenvolvimento de uma visão humanista. Esta disciplina permite aos educandos estudar e compreender a relação intrínseca e existente entre a sociedade e a natureza, tomar conhecimento de novas culturas e de novos povos e alargar os seus horizontes para além da escala local. Desta forma, é possível transmitir aos alunos a importância de se virem a tornar cidadãos ativos.

Referências bibliográficas

- Alexandre, F. & Diogo, J., (1990). *Educação para hoje. Didática da Geografia: contributos para uma educação no ambiente*. 3.^a Ed. Texto Editora.
- Alexandre, F., Ferreira, M. & Miranda, B., (2001). *Metas curriculares do 3.º ciclo do ensino básico de geografia: que contributo para o desenvolvimento de competências ambientais?*. I Congresso Ibérico de Didáctica da Geografia, Madrid, novembro, 2001.
- Araújo, S., (2008). *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. ACIDI: Lisboa.
- Arends, R. (2007). *Learning to teach*. Connecticut: McGraw-Hill.
- Assembleia das Nações Unidas, (1959). *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*. Acedido a 11 de agosto de 2019 em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf.
- Assembleia Geral das Nações Unidas, (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Casa Pia de Lisboa, (2007). *A Carta – Um compromisso para a ação*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa.
- Casa Pia de Lisboa, (2018). *Regulamento interno do CED Nossa Senhora da Conceição*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa. Consultado a 22 de abril de 2019 em: http://www.casapia.pt/wa_files/regulamento_20interno_20nsc.pdf.
- Casa Pia de Lisboa, (2019). *Balanço Social 2018*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa. Consultado a 22 de abril de 2019 em: www.casapia.pt/wa_files/balanco_20social_202018.pdf.
- Casa Pia de Lisboa, (s.d.). *CSI_Desenvolvimento e Cidadania – Ano Letivo 2017/2018*. Casa Pia de Lisboa: Lisboa.

- Castro, A. (2017). *O ensino das Ciências para uma educação para a cidadania*. Porto: Edições Esgotadas.
- Correia, L., Esteves, S., Faria, C., Ramos, J. & Valdeira, S. (2014). Programa de competências sociais integradas (CSI). *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 5(1), p.197-200.
- DEB (2002). *Geografia: Orientações curriculares 3.º Ciclo*. Ministério da Educação: Lisboa. Acedido a 20 de setembro de 2019 em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_geog_orient_curriculares_3c.pdf.
- DGE, (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Acedido a 08 de agosto de 2019 em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf.
- DGE, (2018). *Aprendizagens Essenciais – Ensino básico: 7.º ano, 3.º Ciclo do Ensino Básico, Geografia*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Retirado do site oficial da DGE a 08 de agosto de 2019 em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/ae_3oc_geografia.pdf.
- Duerr, S., Spajic, V. & Martins, I., (2000). *Strategies for Learning Democratic Citizenship*. Estrasburgo: European Council.
- Estanqueiro, A. (2010). *Boas práticas na educação: o papel dos professores*. Lisboa: Editorial Presença.
- Eurydice, (2005). *A educação para a Cidadania nas Escolas da Europa*. Lisboa: Unidade Europeia Eurydice. Acedido a 11 de agosto de 2019 em: <file:///C:/Users/RuiMouralinho/Downloads/cidpt1.pdf>.
- Ferreira, M., & Alexandre, F. (2001). «Education for citizenship: discourses and practices». In Day, C. e Veen, D. (ed.), *Educational Research in Europe. EERA Yearbook 2001*. Leuven/Apeldoorn: Garant Publishers. pp. 21-37.
- Figueiredo, I., (1999). *Educar para a cidadania*. Porto: Edições Asa.

- Gomes, V. (2017). Democracia, participação e valores: o projeto de formação pessoal e social. *Diversidades, educação e cidadania*, 50, p. 5-17.
- GTEC, (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Direção-Geral da Educação. Acedido a 20 de agosto de 2019 em: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>.
- Harsham, J., (2015). About this map: an interdisciplinary and global education approach to geography education. *The geography teacher*, 12(3), p.95-107.
- Haubrich, H. (2006). Changing philosophies in geographical education from the 1970s to 2005. Aninternational perspetive. In J. Lidstone e M. William (eds.), *Changing Education in a Changing World. Past Experience, Current Trends and Future Challenges* (pp. 39-53). Dordrecht: Springer.
- Lefèvre, L., (1978). *O professor, observador e ator: condução da classe e orientação escolar*. Almedina: Coimbra.
- Machon, P. e Walkington, H. (2000). «Citizenship: the role of geography». In Kent, A. et al. (ed.), *Reflective Practice in Geography Teaching*. London: Paul Chapman. pp. 179-191.
- MEC, (2012). *Educação para a cidadania – Linhas Orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência. Acedido a 10 de julho de 2019 em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf.
- MEC, (2013). *Metas curriculares: 3.º ciclo do Ensino Básico (7.º, 8.º e 9.º): Geografia*. Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência. Acedido a 10 de outubro de 2019 em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_geog_eb.pdf
- Miranda, B., Alexandre, F. & Oliver, M. (2007). *O contributo dos Saberes Relativos ao Ambiente para o Exercício Esclarecido da Cidadania: o Exemplo de Jovens de Portugal e Espanha*. Conferência Ibérica Educação para a Cidadania, Lisboa, março, 2007.

- Monteiro, A. (2010). *Auto-regulação da profissão docente: para cuidar do seu valor e dos seus valores*. Lisboa: Associação Nacional de Professores.
- Nações Unidas, (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Retirado do site oficial das Nações Unidas a 10 de agosto de 2019 em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.
- Nogueira, F., (2015). O Espaço e o Tempo da Cidadania na Educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 49(1), pp. 7-32.
- Reis, J., (2000). Cidadania na escola: desafio e compromisso. *Edições Colibri*, 15, pp.105-116.
- Ribeiro, O., (2012). *O ensino da Geografia*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, J., (2006). Qual cidadania, qual democracia, qual educação?. *Trabalho, educação e saúde*, 4(2), pp. 417-430.
- Serrão, F. (2017). Cidadania, renovados desafios. *Diversidades: Educação e Cidadania*, 50, p.18-22.
- Silva, J., (2008). *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.
- UE, (1992). *Tratado de Maastricht*. Maastricht: União Europeia. Acedido a 12 de julho de 2019 em: <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/tratado-da-uniao-europeia-1>.
- UE, (1997). *Tratado de Amesterdão*. Amesterdão: União Europeia. Acedido a 12 de julho de 2019 em: <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/tratado-de-amesterdao-que-altera-o-tratado-da-uniao-europeia-8>.
- UNESCO, (2009). *Policy guidelines on inclusion in education*. Paris: UNESCO. Retirado do site oficial da UNESCO a 08 de agosto de 2019 em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000177849>.
- UNESCO, (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*. Paris: UNESCO. Retirado do site oficial da UNESCO a

10 de agosto de 2019 em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2018/12/Recursos-ods-objetivos-aprendizagem.pdf>.

- UNESCO, (2019). *Educations transforms lives*. Retirado do site oficial da UNESCO a 10 de agosto de 2019 em: <https://en.unesco.org/themes/education>.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. *Diário da República n.º 129/2018, Série I*. Educação, Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. *Diário da República n.º 129/2018, Série I*. Educação, Presidência do Conselho de Ministros: Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de janeiro. *Diário da República n.º 15 – I Série A*. Ministério da Educação. Lisboa.
- Despacho n.º 6173/2016 de 10 de maio. *Diário da República n.º 90 – II Série C*. Presidência do conselho de ministros e educação. Lisboa.
- Despacho n.º 6944-A/2018 de 19 de julho. *Diário da República n.º 138 – II Série C*. Educação- Gabinete do Secretário de Estado da Educação: Lisboa.
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Lei n.º 11/87, de 07 de abril – Lei de Bases do Ambiente.

Anexos

Anexo 1



CED Nossa Senhora da Conceição
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Ano letivo 2018/2019

CALENDARIZAÇÃO	EVENTOS	ATIVIDADES	DESTINATÁRIOS	DINAMIZADORES	DISCIPLINAS/ÁREAS ENVOLVIDAS
16 de outubro	Dia Mundial da Alimentação	• Visionamento de vídeos (animações, documentários, canções)	Alunos do 2.º e 3.º CEB	Docente de História	História
17 de outubro	Visita de Estudo	• Visita de estudo ao Museu Militar	Alunos do 9.º ano	Docente de História	História Português
24 outubro	Abertura Solene do Ano Letivo	• Participação na Cerimónia	Alunos do 4.º, 5.º e 7.º ano	Docente de EMRC	EMRC Ed. Musical
11 de novembro	Comemoração do Dia de S. Martinho	• Atuação do coro no Jardim de Infância • Lenda de S. Martinho	Alunos do 4.º ano e do 2.º CED	Docente de EMRC	EMRC Ed. Musical
11 de novembro	Comemoração dos 100 anos do Dia do Armistício	• Exposição de cartazes	Alunos do 9.º ano	Docente de História	História
28 de novembro	Visita de Estudo ao Jardim Botânico	• Orientação/Biomas	Alunos do 8.º ano	Docente de Geografia	Geografia CN
7 de dezembro	Dia do CED	• Participação na Cerimónia Eucarística	Alunos de EMRC	Docente de EMRC	EMRC Ed. Musical
12 de dezembro	Encontro Cidadania e Igualdade na Casa Pia de Lisboa, com a Secretária de Estado para Cidadania e Igualdade	• Palestra	Alunos do 3.º ciclo e representantes das turmas do 2.º ciclo	Docente de Geografia	Geografia Cidadania STASE
12 de dezembro	Festa de Natal	• Participação na Festa de Natal	Alunos de EMRC	Docente de EMRC	EMRC Ed. Musical
janeiro	Concurso de rosas dos ventos	• Construção de rosas dos ventos • Exposição no Centro de Recursos • Votação da rosa dos ventos mais criativa	Alunos do 7.º ano	Docente de Geografia	Geografia EV
21 e 26 de fevereiro	Atividade pedagógica	• Maleta pedagógica «Com as mãos na arqueologia»	Alunos do 5.º ano	Docente de HGP	HGP
5 de fevereiro	Visita de estudo	• Trabalho de campo na Quinta do Arrife (Detetives do Clima)	Alunos do 8.º ano	Docente de Geografia	Geografia Ciências Naturais Físico-química Cidadania

25 de fevereiro	Visita de estudo	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho de campo na área circundante à escola (Detetives do Clima) 	Alunos do 8.º ano	Docente de Geografia	Geografia Ciências Naturais Físico-química Cidadania
20 de março	Workshop com a ASPEA	<ul style="list-style-type: none"> Construção coletivas. As alterações climáticas e a cidade (Detetives do Clima) 	Alunos do 8.º ano	Docente de Geografia	Geografia Ciências Naturais Físico-química Cidadania
25 de março	Visita de estudo	<ul style="list-style-type: none"> Há vida no Tejo 	Alunos do 5ºB	Docente de HGP/CN	HGP Cidadania Português Ciências Naturais DAC
27 de março	Visita de Estudo	<ul style="list-style-type: none"> Visita de Estudo à Caravela Vera Cruz 	Alunos do 6.º B	Docente de HGP	HGP DAC
1 a 5 de abril	Semana da disciplina de EMRC	<ul style="list-style-type: none"> Idas a Fátima com o 1.º e 2.º ciclo, exposições 	Alunos de EMRC	Docente de EMRC	EMRC
24 de abril	Feira da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Cartazes sobre a importância da vacinação Banca com Plantas Medicinais Cartazes sobre agricultura biológica e saúde 	Alunos do 2.º e 3.º ciclo	Docente de História e de HGP	História HGP Cidadania Geografia Ciências Naturais
2 de abril	XXI Encontro Interescolas Diocesano	<ul style="list-style-type: none"> Encontro em Fátima 	Alunos do 2.º e 3.º ciclo	Docente de EMRC	EMRC
5 de abril	Visita de estudo	<ul style="list-style-type: none"> Planetário do Museu Nacional de História Natural e da Ciência 	Alunos do 7.º ano	Docente de Geografia	Geografia Ciências Naturais Físico-química Cidadania
30 de abril	Visita de estudo	<ul style="list-style-type: none"> Quinta do Arrife (orientação + desenho científico) 	Alunos do 7.º ano	Docente de Geografia	Geografia Ciências Naturais Educação Física Cidadania
13 de maio	Visita de Estudo	<ul style="list-style-type: none"> Visita de Estudo ao Espaço Europa 	Alunos do 7.º ano	Docente de Geografia	Geografia História Cidadania
16 de maio	Comemoração do Dia da Europa	<ul style="list-style-type: none"> Peddy-paper "Caça ao Cubo" 	Alunos do 7.º e 8.º	Docentes de História, Geografia, HGP e EMRC	História Geografia Clube Europeu Cidadania
22 de maio	Dia do Mar	<ul style="list-style-type: none"> 	Alunos de todos os ciclos	Docentes de vários Departamentos	HGP História, Geografia, DAC
24 de maio	XIX Encontro Nacional de Alunos de EMRC	<ul style="list-style-type: none"> Encontro em Fátima 	Alunos do 1.º CEB	Docente de EMRC	EMRC
3 julho	Dia da Casa Pia	<ul style="list-style-type: none"> Participação na Cerimónia Eucarística 	Acolitos 9.º ano	Docente EMRC	EMRC

Anexo 2



CED Nossa Senhora da Conceição

ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA – ANO LETIVO 2018/2019

1. GRUPOS, TEMAS, APRENDIZAGENS E VALORES

1.1. GRUPOS E TEMAS A DESENVOLVER EM CADA NÍVEL DE ENSINO

GRUPOS	TEMAS	PRÉ-ESCOLAR	1.ª CEB	2.ª CEB	3.ª CEB
1.ª Obrigatório	Direitos humanos	X	X	X	X
	Igualdade de género	X	X	X	X
	Interculturalidade	X	X	X	X
	Desenvolvimento sustentável	X	X	X	X
	Educação ambiental	X	X	X	X
	Saúde	X	X	X	X
2.ª Trabalhados em pelo menos dois ciclos	Sexualidade	X	X	X	X
	Media	X	X	X	X
	Instituições e participação democrática	X	X	X	X
	Literacia financeira e educação para o consumo	X	X	X	X
	Segurança rodoviária	X	X	X	X
3.ª De aplicação opcional em qualquer ano	Empreendedorismo				X
	Mundo do trabalho	X	X	X	X
	Risco	X	X	X	X
	Segurança, defesa e paz	X	X	X	X
	Bem-estar animal	X	X	X	X
	Voluntariado	X	X	X	X
	Outros temas diagnosticados pelo CED	X	X	X	X

No contexto de cada grupo, os temas e as aprendizagens devem ser definidos em planificação de cada turma/ano de escolaridade.

No que concerne à educação para a cidadania, a cultura de escola presente no CED Nossa Senhora da Conceição reflete que, geralmente, os temas são abordados em todos os ciclos e

No contexto de cada domínio, os temas e as aprendizagens devem ser definidos em planificação de cada turma/ano de escolaridade.

A cultura de escola presente no CED Nossa Senhora de Conceição reflete que a maioria dos domínios são abordados em todos os anos de escolaridade, adequando as metodologias e os materiais pedagógicos aos diferentes públicos-alvo.

1.2. DOMÍNIOS, TEMAS E APRENDIZAGENS

A abordagem de todos os domínios e temas da educação para a cidadania deve atender aos três eixos definidos:

- Atitude cívica e individual;
- Relacionamento interpessoal;
- Relacionamento social e cultural.

As aprendizagens essenciais de Cidadania e Desenvolvimento traduzem-se em descritores operativos (DO), referentes às capacidades e às atitudes, nomeadamente:

- DO1. Conhecedor/sabedor/culto/informado;
- DO2. Criativo;
- DO3. Crítico/análítico;
- DO4. Indagador/Investigador;
- DO5. Respeitador do outro e da diferença;
- DO6. Sistematizador/organizador;
- DO7. Questionador;
- DO8. Comunicador;
- DO9. Participativo/colaborador;
- DO10. Responsável/autónoma.

Devem ainda ser considerados os valores enumerados no documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, a saber:

- **Responsabilidade e integridade:** respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- **Excelência e exigência:** aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- **Curiosidade, reflexão e inovação:** querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- **Cidadania e participação:** demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural, e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- **Liberdade:** manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

2. MODO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1. AO NÍVEL GLOBAL DA ESCOLA

No âmbito escolar, encontra-se definido um tema globalizante (*CED Nossa Senhora da Conceição: uma escola associada da UNESCO – caminhos para a construção do perfil do aluno*) que enquadra os percursos de cidadania que se pretendem desenvolver em consonância com o projeto curricular de cada turma. Desta forma, todos os projetos de escola e de turma permitem operacionalizar as aprendizagens da área/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Os espaços formais, não formais e informais de aprendizagem devem contribuir para a prossecução da estratégia de cidadania do CED, promovendo e prezando os valores de cidadania e a atitude participativa, através da diversidade de metodologias e de atividades, adequadas a cada espaço, tipo de aprendizagem e nível de ensino.

2.2. AO NÍVEL DA TURMA

No 1.º Ciclo do Ensino Básico, a área de Cidadania e Desenvolvimento desenvolve-se de forma transversal, integrada no currículo. A planificação dos domínios e temas coaduna-se com as planificações das áreas curriculares e é definida pelo professor titular, em articulação com os pares/Conselho de Docentes.

No 2.º e no 3.º Ciclo do Ensino Básico, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento apresenta um tempo letivo semanal, que no 7.º ano funciona em justaposição com a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação, procedendo-se ao desdobramento em dois grupos de alunos. No 8.º e no 9.º ano, este tempo letivo é lecionado para a globalidade da turma. As competências de Cidadania e Desenvolvimento são ainda desenvolvidas através de abordagens interdisciplinares, e a planificação da disciplina é efetuada pelo Conselho de Turma, em função das características e necessidades da turma.

Em todos os ciclos de ensino, deve atender-se aos documentos legais e orientadores para planificar, aplicar e avaliar os conteúdos de Cidadania e Desenvolvimento.

No CED Nossa Senhora da Conceição, a área/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve contemplar a aplicação do programa de Competências Sociais Integradas da Casa Pia de Lisboa. Esta aplicação é feita com uma periodicidade mínima quinzenal, preferencialmente pelo professor titular/diretor de turma e por elemento do STASE, em grupo mínimo de dois (*c.f.* documento de organização escolar 2018-2019).

3. PROJETOS A DESENVOLVER PELOS ALUNOS

A definir na planificação de cada turma, de acordo com o tema global do CED e o subtema definido para o projeto curricular de cada turma.

Os alunos devem desenvolver outros projetos de escola e dos vários departamentos curriculares (por exemplo, participar na comemoração de dias nacionais e internacionais, em palestras ou exposições).

4. PARCERIAS

A partilha e a colaboração são inerentes à cidadania. Assim, prevê-se a participação entre colaboradores através da utilização de um espaço virtual de partilha de materiais pedagógicos e de informação pertinente para a Cidadania e Desenvolvimento.

Prevê-se também o estabelecimento de parcerias significativas, que auxiliarão o CED na dinamização de atividades no âmbito dos vários domínios da Cidadania e Desenvolvimento, a saber:

- Autoridade para as Condições do Trabalho;
- Banco Alimentar contra a Fome – Programa Educar para a Cidadania;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Castelo de S. Jorge;
- CDI Portugal – Programa *Apps for Good*;
- Ciência Viva;
- Escola Azul e parceiros;
- Escola UNESCO e parceiros;
- Fundação Ilídio Pinho – Prémio Ciência na Escola;
- GAOS – Programa de Educação para a Saúde;
- Museu Nacional de História Natural e Ciência;
- *Open Schools for Open Societies*;
- Plano Nacional de Leitura;
- Prémio Infante D. Henrique;
- PSP – Programa Escola Segura;
- Valências da Casa Pia de Lisboa;
- Entre outros.

5. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

No 1.º Ciclo, uma vez que a área de Cidadania e Desenvolvimento se desenvolve de forma transversal, a avaliação é contemplada nas componentes disciplinares, referenciando-se uma menção qualitativa no registo do aluno, no final de cada período letivo.

No 2.º e no 3.º Ciclo, a disciplina é avaliada de forma quantitativa, de acordo com critérios específicos, definidos e aprovados pelo Conselho de Turma, atribuindo-se a cada aluno um nível entre 1 e 5, no final de cada período letivo. A disciplina é relevante para a transição do aluno.

No 1.º Ciclo, a avaliação da área de Cidadania e Desenvolvimento é da responsabilidade do professor titular.

No 2.º e no 3.º Ciclo, a avaliação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento é proposta pelo professor/diretor de turma e é da responsabilidade do Conselho de Turma.

No final do ano letivo, para além da respetiva avaliação, são inscritos no registo individual do aluno os domínios abordados no âmbito da área/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, para que esta informação conste do processo escolar que acompanha o aluno até ao final da escolaridade obrigatória.

Em todos os ciclos de ensino, os critérios de avaliação estão sujeitos a aprovação pela Comissão Pedagógica Permanente.

6. AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO CED NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

6.1. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

O acompanhamento e a monitorização serão efetuados por intermédio de reuniões no início e no final de cada período letivo.

Será efetuado o registo das sessões desenvolvidas na área/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

6.2. DIVULGAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

A divulgação dos projetos e da participação nas atividades poderá ser efetuada com recurso à publicação de notícias na Intranet da Casa Pia de Lisboa.

No final do ano letivo, poderá promover-se a exposição dos produtos desenvolvidos pelos alunos.

6.3. FORMAÇÃO

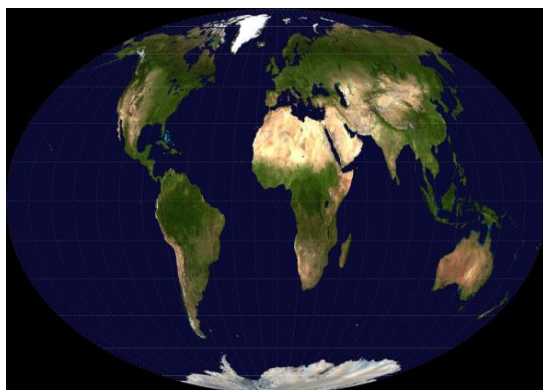
No final do ano letivo, deverão identificar-se os constrangimentos na prática letiva, tendo em conta os vários domínios, e deverá proceder-se à avaliação das necessidades de formação, em consonância com o estabelecido a nível geral pela Casa Pia de Lisboa.

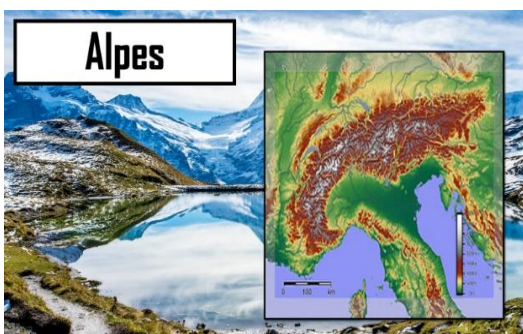
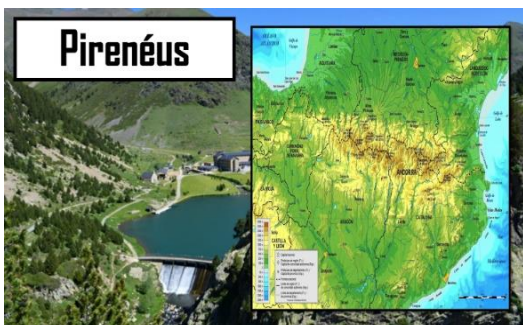
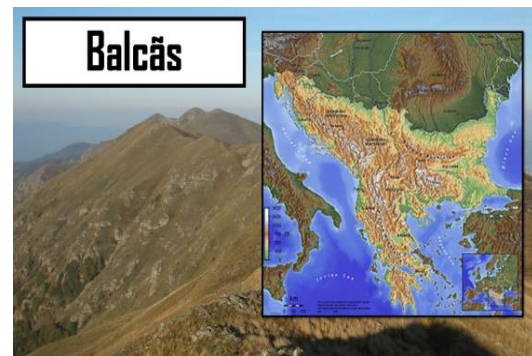
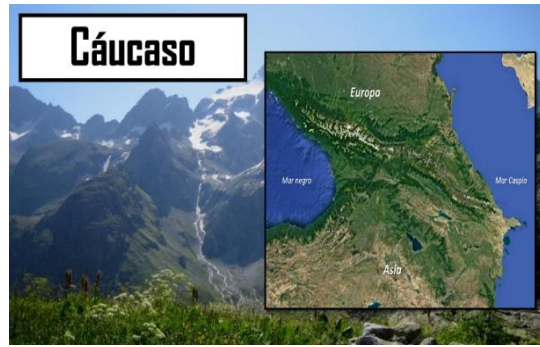
13 de setembro de 2018

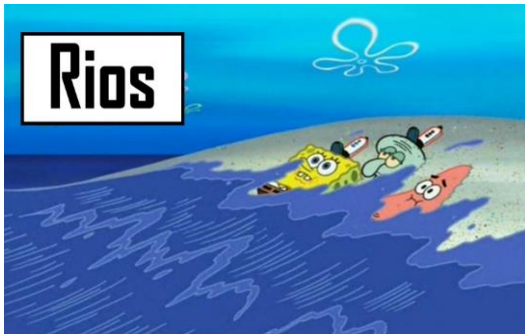
A coordenadora de Cidadania e Desenvolvimento

(Sílvia Dias)

Anexo 3

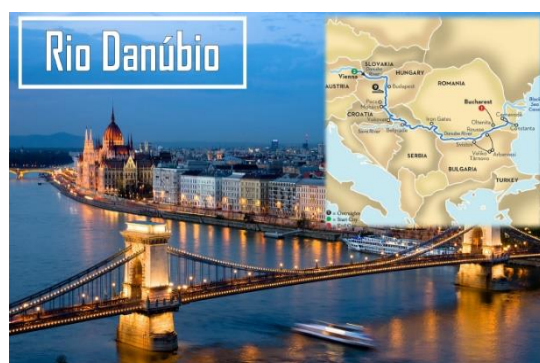






Rio Volga

Nasce na Rússia

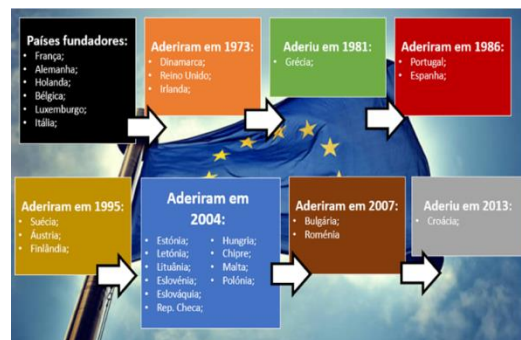


Anexo 4



Objetivos da União Europeia:

- Promover a unidade política e económica da Europa;
- Melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus;
- Melhorar as condições de livre comércio entre os países-membros;
- Reduzir as desigualdades sociais e económicas entre as regiões;
- Fomentar o desenvolvimento económico dos países em fase de crescimento;
- Proporcionar um ambiente de paz, harmonia e equilíbrio da União Europeia;



Países candidatos:

- Albânia;
- Macedónia;
- Montenegro;
- Sérvia;
- Turquia;

Potenciais candidatos:

- Bósnia Herzegovina;
- Kosovo;

Outros países europeus:

- Andorra;
- Arménia;
- Azerbaijão;
- Bielorrússia;
- Geórgia;
- Islândia;
- Liechtenstein;
- Moldávia;
- Mónaco;
- Noruega;
- Rússia;
- São Marino;
- Suíça;
- Ucrânia;
- Vaticano;



Divisão estatística de Portugal

Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)

1.º nível

NUTS I

3 unidades

2.º nível

NUTS II

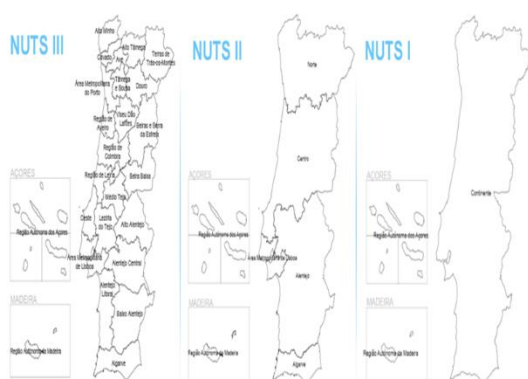
7 unidades

3.º nível

NUTS III

25 unidades





Divisão administrativa de Portugal

1.º nível

Distritos

18 em Portugal continental

Ilhas

9 na Região Autónoma dos Açores
2 na Região Autónoma da Madeira

2.º nível

Municípios

3.º nível

Freguesias



Anexo 5



CED Nossa Senhora da Conceição

PLANIFICAÇÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

ANO LETIVO 2018/2019

7.º A

1. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

(Ter em conta as áreas comportamental e relacional, as competências cognitivas e de aprendizagem dos alunos que compõem a turma/grupo, potencialidades e fragilidades.)

A turma é constituída por 20 alunos, com uma distribuição equitativa por género e com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

[Redacted text block]

No geral, a turma demonstra afetividade.

[Redacted text block]

Os alunos demonstram curiosidade, gosto pelo saber e pelas tarefas escolares, sobretudo as de carácter prático ou as que evidenciam resultados imediatos. São alunos criativos e com espírito crítico, mas que necessitam de reforçar a crítica construtiva e o reconhecimento do trabalho do outro.

Alguns alunos revelam dificuldades específicas de aprendizagem, prevendo-se a sua referenciação pedagógica, no âmbito do decreto-lei n.º 54/2018.

No contexto descrito, devem priorizar-se projetos e atividades que permitam aos alunos:

- desenvolver o respeito por si e pelos outros;
- ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum;
- desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo;
- demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural;
- manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

2. DOMÍNIOS, TEMAS E APRENDIZAGENS A DESENVOLVER AO LONGO DO ANO

2.1. DOMÍNIOS

GRUPOS	DOMÍNIOS	7.º A
1.º Obrigatório	Direitos humanos	X
	Igualdade de género	X
	Interculturalidade	X
	Desenvolvimento sustentável	X
	Educação ambiental	X
	Saúde	X
2.º Trabalhados em pelo menos dois ciclos	Sexualidade	X
	Media	
	Instituições e participação democrática	X
	Literacia financeira e educação para o consumo	
	Segurança rodoviária	
3.º De aplicação opcional em qualquer ano	Empreendedorismo	
	Mundo do trabalho	
	Risco	
	Segurança, defesa e paz	
	Bem-estar animal	
	Voluntariado	X
	Outros temas diagnosticados pelo CED	

2.2. DOMÍNIOS, TEMAS E APRENDIZAGENS A DESENVOLVER PRIORITARIAMENTE

Domínio	Valores	Descritores operativos
Instituições e participação democrática	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade e integridade - Excelência e exigência - Curiosidade, reflexão e inovação - Cidadania e participação - Liberdade 	D02. Criativo D03. Crítico/analítico D05. Respeitador do outro e da diferença D06. Sistematizador/organizador D08. Comunicador D09. Participativo/colaborador D010. Responsável/autónomo
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade e integridade - Excelência e exigência - Curiosidade, reflexão e inovação - Cidadania e participação - Liberdade 	D01. Conhecedor/sabedor/culto/informado D02. Criativo D03. Crítico/analítico D05. Respeitador do outro e da diferença D09. Participativo/colaborador
Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade e integridade - Excelência e exigência - Curiosidade, reflexão e inovação - Cidadania e participação - Liberdade 	D01. Conhecedor/sabedor/culto/informado D03. Crítico/analítico D05. Respeitador do outro e da diferença D07. Questionador D08. Comunicador D09. Participativo/colaborador D010. Responsável/autónomo

3. RISCOS E ESTRATÉGIAS PARA OS COLMATAR

IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS	IDENTIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
<p>A dimensão da turma pode condicionar a realização de atividades práticas que exijam maior dispêndio de tempo, sobretudo porque à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento apenas estão reservados 45 minutos semanais.</p> <p>A mesma condicionante temporal pode afetar a realização de atividades com entidades externas, que apresentam frequentemente uma duração superior ao tempo da disciplina.</p>	<p>A opção de desdobramento da turma, uma vez que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento funciona em justaposição com a disciplina de TIC, facilita a realização de atividades práticas.</p> <p>Por vezes, as atividades poderão ser realizadas com a presença das duas professoras, complementando-se as tarefas de reflexão com outras que necessitem de pesquisa ou de elaboração de materiais com recurso a TIC, de forma alternada.</p>

Anexo 6



Planificação Anual

CED Nossa Senhora da Conceição

Ano Letivo 2018/2019

3.º Ciclo

Disciplina de Geografia - 7.º Ano

1.º Período: Tempos previstos – 26 (13 blocos de 90 minutos)

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES - A Geografia e o território	8
Domínio/Conteúdo A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES - A representação da superfície terrestre	10
Domínio/Conteúdo A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES - A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre	2
Avaliação (teste)	2
Recuperação de conteúdos	2
Revisão de conteúdos	2
Atividades diversas	2

2.º Período: Tempos previstos – 24 (12 blocos de 90 minutos)

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES - A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre	10
Domínio/Conteúdo O MEIO NATURAL - O relevo	6
Avaliação (teste)	2
Recuperação de conteúdos	2
Revisão de conteúdos	2
Atividades diversas	2

1



3.º Período: Tempos previstos – 12/14 (6/7 blocos de 90 minutos)

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo O MEIO NATURAL - O relevo	2
Domínio/Conteúdo O MEIO NATURAL - A dinâmica de uma bacia hidrográfica	4
Domínio/Conteúdo O MEIO NATURAL - A dinâmica do litoral	4
Avaliação (teste)	2
Recuperação de conteúdos	0
Revisão de conteúdos	0
Atividades diversas	0/2

Nota: Dado o número insuficiente de aulas face à extensão do programa curricular e o facto de planificar de forma transversal, articulando com a disciplina de Ciências Naturais, estes conteúdos serão lecionados no 8.º ano de escolaridade:

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo O MEIO NATURAL - O clima e as formações vegetais	

1.º Período

Dominios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES	<p>A Geografia e o território</p> <p>A representação da superfície terrestre</p> <p>A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre</p>	<p>1. Compreender o objeto e o método de estudo da Geografia.</p> <p>1. Conhecer diferentes formas de representação da superfície terrestre.</p> <p>2. Compreender diferentes tipos de projeções cartográficas.</p> <p>3. Aplicar conhecimentos na elaboração de representações cartográficas do território.</p> <p>4. Compreender a diversidade de representações cartográficas.</p> <p>5. Aplicar o conhecimento de escalas no cálculo de distâncias reais.</p> <p>1. Compreender a importância dos processos de orientação na localização relativa.</p>	18

Domínios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
A TERRA: ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES	A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre	2. Compreender a importância dos elementos geométricos da esfera terrestre na localização absoluta. 3. Aplicar o conhecimento das coordenadas geográficas na localização de um lugar. 4. Conhecer especificidades físicas e humanas dos diferentes continentes. 5. Conhecer e compreender a inserção de Portugal na Europa e na União Europeia.	16
O MEIO NATURAL	O relevo	1. Compreender diferentes formas de relevo através da análise de mapas e da construção de perfis topográficos. 3. Conhecer e compreender as principais formas de relevo em Portugal.	

3.º Período

Dominios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
O MEIO NATURAL	O relevo	2. Compreender os agentes externos responsáveis pela formação das diferentes formas de relevo.	10
	A dinâmica de uma bacia hidrográfica	1. Compreender conceitos relacionados com a dinâmica de uma bacia hidrográfica. 2. Compreender a dinâmica de uma bacia hidrográfica. 3. Compreender a dinâmica das bacias hidrográficas em Portugal.	
	A dinâmica do litoral	1. Compreender a evolução do litoral. 2. Compreender a evolução da linha de costa em Portugal.	

Anexo 7

PLANO DE AULA N.º 4

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I. P.

Turma: 7.ªA
minutos

Aula n.º: 43 e 44

Data: 11 de março de 2019

Tempo: 90



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Subdomínio: A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre

Sumário:

- Elaboração de um trabalho individual sobre “O meu país europeu”.

Conteúdos:

- Conhecer as especificidades físicas e humanas dos diferentes continentes - o continente europeu;
- As características específicas de cada país europeu.

Descritores:

- Identificar os limites do país europeu;
- Localizar o país e cidades;
- Identificar e localizar as principais formas de relevo e os grandes rios presentes no território;
- Mencionar informações relevantes de âmbito demográfico, cultural, económico (...).

Situações de aprendizagem/atividades:

- Realização de uma pesquisa autónoma e orientada pelo professor/a;
- Seleção de informação pertinente;
- Mobilizar diferentes fontes de informação.

Recursos e materiais:

- Computadores;
- Internet (pesquisa).

TPC:

Avaliação:

- Participação e empenho;
- Comportamento;
- Resolução das tarefas propostas.

Observações:

PLANO DE AULA N.º 5

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I. P.

Turma: 7.ªA
minutos

Aula n.º: 45 e 46

Data: 18 de março de 2019

Tempo: 90



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Subdomínio: A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre

Sumário:

- Continuação da elaboração de um trabalho individual sobre “O meu país europeu”;
- Realização de exercícios do caderno de atividades.

Conteúdos:

- Conhecer as especificidades físicas e humanas dos diferentes continentes - o continente europeu;
- As características específicas de cada país europeu.

Descritores:

- Identificar os limites do país europeu;
- Localizar o país e cidades;
- Identificar e localizar as principais formas de relevo e os grandes rios presentes no território;
- Mencionar informações relevantes de âmbito demográfico, cultural, económico (...).

Situações de aprendizagem/atividades:

- Realização de uma pesquisa autónoma, mas orientada pelo professor com a indicação de pontos a abordar;
- Seleção de informação pertinente;
- Mobilização diferentes fontes de informação;
- Consolidação da temática com a resolução de exercícios.

Recursos e materiais:

- Computadores;
- Internet (pesquisa);
- Caderno de Atividades - «Fazer Geografia 3.0», Porto Editora.

TPC:

Avaliação:

- Participação e empenho;
- Comportamento;
- Resolução das tarefas propostas.

Observações:

PLANO DE AULA N.º 6

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I. P.

Turma: 7.ªA
minutos

Aula n.º: 47 e 48

Data: 25 de março de 2019

Tempo: 90



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Subdomínio: A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre

Sumário:

- Apresentação oral do trabalho individual "O meu país europeu".

Conteúdos:

- Conhecer as especificidades físicas e humanas dos diferentes continentes - o continente europeu;
- As características específicas de cada país europeu.

Descritores:

- Identificar os limites do país europeu;
- Localizar o país e cidades;
- Identificar e localizar as principais formas de relevo e os grandes rios presentes no território;
- Mencionar informações relevantes de âmbito demográfico, cultural, económico (...).

Situações de aprendizagem/atividades:

- Realização de uma pesquisa autónoma e orientada pelo professor/a;
- Seleção de informação pertinente;
- Mobilizar diferentes fontes de informação;
- Consolidação da temática com a resolução de exercícios.

Recursos e materiais:

- Computadores;
- Internet (pesquisa).

TPC:

Avaliação:

- Participação e empenho;
- Comportamento;
- Resolução das tarefas propostas;
- Apresentação oral do trabalho individual.

Observações:

PLANO DE AULA N.º 7

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição, Casa Pia - Lisboa

Turma: 7.ªA

Aula n.º: 49 e 50

Data: 29 de abril de 2019

Tempo: 90 minutos



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Subdomínio: A localização dos diferentes elementos da superfície terrestre

Sumário:

- Introdução da temática: União Europeia;
- Realização de uma ficha de apoio do caderno de atividades sobre os alargamentos da União Europeia.

Conteúdos:

- Os objetivos da União Europeia;
- Os países e os respetivos alargamentos da União Europeia;
- A inserção de Portugal na União Europeia;
- Os direitos de ser cidadão europeu.

Descritores:

- Localizar os países europeus e, em particular, os que integram a União Europeia;
- Mencionar os principais objetivos da União Europeia;
- Referir os sucessivos alargamentos da União Europeia.

Situações de aprendizagem/atividades:

- Diálogo orientado aluno/ aluno e aluno/ professor;
- Registo escrito de apontamentos no caderno do aluno;
- Resolução de exercícios da ficha de trabalho do caderno de atividades;

Recursos e materiais:

- Apresentação em *PowerPoint*;
- Caderno do aluno;
- Manual “Fazer Geografia 3.0”, Porto Editora;
- Caderno de Atividades “Fazer Geografia 3.0”, Porto Editora”.

TPC:

Terminar os exercícios do caderno de atividades propostos em aula.

Avaliação:

- Participação;
- Interesse/ Empenho;
- Comportamento;
- Resolução das tarefas propostas.

Observações:

Anexo 8



CED NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Ano letivo 2018/2019

DEPARTAMENTO CURRICULAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA – 3.º CEB
7.º e 8.º ANO

DOMÍNIOS	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO (%)
Conhecimentos e capacidades	Aquisição e aplicação de conhecimentos, de acordo com as aprendizagens essenciais. Desenvolvimento das áreas de competência do perfil dos alunos.	Testes de avaliação Diários de aprendizagem Produtos de trabalho individual/grupo/DAC	70
Atitudes e valores	Pontualidade Material necessário à aula Organização do caderno diário Realização de trabalhos de casa Participação e empenho na aula Comportamento	Grelhas de registo de observação	30
TOTAL			100

A professora

Anexo 9


AValiação da visita de estudo ao Espaço Público Europeu






Após teres realizado a visita de estudo, pedimos-te que procedas à sua avaliação.

Preenhe o questionário de forma sincera e séria - só assim estarás realmente a fazer a avaliação da atividade!

Nome: _____ Nº _____ Turma _____

A AVALIAÇÃO		
		
Não Satisfaz	Satisfaz	Bom

AVALIAÇÃO			
A participação / cooperação no grupo			
▪ A minha participação e cooperação nas atividades do grupo			
▪ A participação e cooperação dos elementos do grupo nas atividades			
▪ O respeito pelas indicações dos professores			
▪ Outros:			
A realização das atividades			
▪ O grau de dificuldade das atividades			
▪ O meu interesse pelas atividades			
▪ A minha opinião global sobre as atividades			
▪ Outros:			
A visita de estudo			
▪ O interesse pelo local visitado			
▪ A utilidade da visita para aprender novos conceitos			
▪ A utilidade da visita para perceber melhor os conteúdos abordados nas aulas			
▪ Outros:			

Um aspeto de que gostei menos:

Um aspeto de que gostei mais:

Gostaria que na próxima visita:



OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

Anexo 10

SEMANA DA EUROPA 2019

13.05	14.05	15.05	16.05	17.05
<p><u>MANHÃ:</u></p> <p>10H – Montagem da exposição sobre Cervantes</p> <p>-----</p> <p>Visita de estudo ao Espaço Europa (Centro Jacques Delors) 7º ANO</p> <p><u>TARDE:</u></p> <p>14H30 – Apresentação do filme A <i>Residência Espanhola</i> 7º ANO</p>	<p><u>MANHÃ:</u></p> <p>10H - Ensaio Geral para as atividades de dia 16</p>	<p><u>MANHÃ:</u></p> <p>9H – Saída dos 7ºs anos para assistir à peça de teatro <i>Leandro, Rei da Helíria</i></p>	<p><u>MANHÃ:</u></p> <p>10H – Apresentação do trabalho do Clube Europeu (ver programa do dia) 8º e 9º ANOS (auditório)</p> <p><u>TARDE:</u></p> <p>14h30 – Caça ao Cubo <i>Peddy-paper</i> sobre a Europa 7º e 8º ANOS</p>	<p><u>MANHÃ:</u></p> <p>9.30H – Saída dos 8ºs anos para assistir à peça de teatro <i>Aquilo que os olhos vêem, ou o Adamastor</i></p>
<p><u>Ao longo da semana:</u> Visita das turmas à exposição sobre Cervantes e à exposição de bandeiras realizadas pelos alunos; em sala de aula será abordada a Lenda da Europa, nas várias turmas.</p>				

Anexo 11



Planificação Anual

CED Nossa Senhora da conceição	Ano Letivo 2018/2019
3.º Ciclo	
Disciplina de Geografia - 9.º Ano	

1.º Período: Tempos previstos – 37/38

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo POPULAÇÃO E POVOAMENTO - Distribuição da população	8
Domínio/Conteúdo POPULAÇÃO E POVOAMENTO - Mobilidade da população	10
Domínio/Conteúdo POPULAÇÃO E POVOAMENTO - Cidades, principais áreas de fixação humana	7
Avaliação	4
Recuperação de conteúdos	2
Revisão de conteúdos	2
Atividades diversas	4/5

2.º Período: Tempos previstos – 40/38

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo POPULAÇÃO E POVOAMENTO - Cidades, principais áreas de fixação humana	8
Domínio/Conteúdo POPULAÇÃO E POVOAMENTO - Diversidade cultural	4
Domínio/Conteúdo RISCOS, AMBIENTE E SOCIEDADE - Riscos naturais	2
Domínio/Conteúdo RISCOS, AMBIENTE E SOCIEDADE - Riscos mistos	4
Domínio/Conteúdo RISCOS, AMBIENTE E SOCIEDADE - Proteção, controlo e gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável	2
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – Os recursos naturais	2
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – A agricultura	5
Avaliação	4
Recuperação de conteúdos	2
Revisão de conteúdos	2
Atividades diversas	5/3

1



Planificação Anual

3.º Período: Tempos previstos – 17/20

Domínios/Conteúdos/Atividades	Tempos Previstos
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – A pesca	4
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – A indústria	4
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – Os serviços e o turismo	2
Domínio/Conteúdo ATIVIDADES ECONÓMICAS – As redes e modos de transporte e de telecomunicação	4
Domínio/Conteúdo CONTRASTES DE DESENVOLVIMENTO – Países com diferentes graus de desenvolvimento	a)
Domínio/Conteúdo CONTRASTES DE DESENVOLVIMENTO – Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento	
Domínio/Conteúdo CONTRASTES DE DESENVOLVIMENTO – Soluções para atenuar os contrastes de desenvolvimento	
Avaliação	1
Recuperação de conteúdos	0
Revisão de conteúdos	0
Atividades diversas	2/5

Nota:

- a) Domínio abordado de forma transversal aos restantes domínios.

1.º Período

Domínios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
POPULAÇÃO E POVOAMENTO	Distribuição da população	1. Compreender a distribuição da população mundial. 2. Compreender a distribuição da população em Portugal.	25
	Mobilidade da população	1. Compreender as causas e as consequências das migrações. 2. Compreender os grandes ciclos migratórios internacionais. 3. Compreender, no tempo e no espaço, as migrações em Portugal.	
	Cidades, principais áreas de fixação humana	1. Compreender a origem e o crescimento das cidades.	

Domínios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
POPULAÇÃO E POVOAMENTO	Cidades, principais áreas de fixação humana	2. Compreender a organização morfofuncional das cidades. 3. Compreender a inter-relação entre o espaço rural e o urbano	27
	Diversidade cultural	1. Compreender a importância dos fatores de identidade das populações no mundo contemporâneo.	
	Riscos naturais	1. Conhecer conceitos relacionados com a teoria do risco 2. Compreender os furacões e os tornados como riscos climáticos com consequências para o meio e a sociedade 3. Compreender as secas como um risco climático com influência no meio e na sociedade 4. Compreender as vagas de frio e as ondas de calor como riscos climáticos com influência no meio e na sociedade 5. Compreender as cheias e as inundações como riscos hidrológicos com influência no meio e na sociedade 6. Compreender os movimentos de vertente e as avalanches como riscos geomorfológicos com influência no meio e na sociedade.	
	Riscos mistos	1. Compreender a importância da atmosfera no equilíbrio térmico da Terra 2. Compreender a influência da poluição atmosférica na formação do smog e das chuvas ácidas 3. Conhecer a influência da poluição atmosférica no efeito de estufa e na camada de ozono 4. Compreender a importância da hidrosfera no sistema terrestre 5. Conhecer a influência da poluição da hidrosfera no meio e na sociedade 6. Compreender a influência da degradação do solo e da desertificação no meio e na sociedade	
AMBIENTE E SOCIEDADE			

ATIVIDADES ECONÓMICAS	Proteção, controlo e gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável	<p>7. Compreender a importância da floresta à escala planetária e em Portugal</p> <p>8. Compreender a influência dos incêndios florestais no meio e na sociedade</p> <p>1. Compreender a necessidade de preservar o património natural e promover o desenvolvimento sustentável</p> <p>2. Compreender o papel da cooperação internacional na preservação do património natural e na promoção do desenvolvimento sustentável</p> <p>Compreender a necessidade de adotar medidas coletivas e individuais com vista ao incremento da resiliência e ao desenvolvimento sustentável</p>	
	Os recursos naturais	<p>1. Compreender a desigual distribuição dos recursos.</p> <p>2. Compreender as relações entre a distribuição e o consumo dos diferentes tipos de recursos.</p> <p>3. Compreender a repartição das atividades económicas em setores.</p>	
	A agricultura	<p>1. Conhecer e compreender os fatores que interferem na atividade agrícola.</p> <p>2. Compreender as diferenças entre a agricultura tradicional e a agricultura moderna.</p> <p>3. Compreender a existência de formas de produção agrícola sustentáveis.</p> <p>4. Compreender a complexidade da agricultura em Portugal.</p> <p>5. Compreender a importância da pecuária no mundo atual</p>	

5

--	--	--	--

3.º Período

Domínios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
ATIVIDADES ECONÓMICAS	A pesca	<p>1. Compreender a importância do oceano como fonte de recursos e património natural.</p> <p>2. Compreender as áreas oceânicas com maior potencial piscatório.</p> <p>3. Compreender os diferentes tipos de pesca.</p> <p>4. Conhecer as vantagens e desvantagens da aquicultura.</p> <p>5. Compreender a pesca em Portugal.</p>	14

6



Planificação Anual

	A indústria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender o aparecimento e a evolução da indústria. 2. Compreender a distribuição espacial da indústria. 3. Compreender a dinâmica da indústria em Portugal. 	
	Os serviços e o turismo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a importância crescente dos serviços à escala mundial. 2. Compreender a crescente importância da atividade turística à escala mundial. 3. Compreender a crescente importância do turismo em Portugal. 	
	As redes e modos de transporte e telecomunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a importância dos transportes nas dinâmicas dos territórios. 2. Espacializar distâncias absolutas e relativas. 3. Compreender a importância dos transportes terrestres e aéreos nas dinâmicas dos territórios. 4. Compreender a importância dos transportes aquáticos nas dinâmicas dos territórios. 5. Compreender a importância das telecomunicações no mundo global. 6. Compreender a importância dos transportes e telecomunicações nas dinâmicas do território nacional. 	

Domínios	Conteúdos	Metas	Nº de tempos previstos
----------	-----------	-------	------------------------



Planificação Anual

CONTRASTES DE DESENVOLVIMENTO	<p>Países com diferentes graus de desenvolvimento</p> <p>Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento</p> <p>Soluções para atenuar os contrastes de desenvolvimento</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender os conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento humano 2. Compreender o grau de desenvolvimento dos países com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em outros indicadores compostos 1. Conhecer os principais obstáculos naturais, históricos, políticos, económicos e sociais ao desenvolvimento dos países 2. Conhecer a estrutura do comércio mundial 1. Compreender soluções que procuram atenuar os contrastes de desenvolvimento 	Transversal
--------------------------------------	---	--	--------------------

Anexo 12



CED NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEPARTAMENTO CURRICULAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA – 9.º Ano

Ano letivo 2018/2019

AVALIAÇÃO DE...	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	PONDERAÇÃO (%)
Competências / Conhecimentos	Aquisição, aplicação e mobilização de conhecimentos, de acordo com as metas de aprendizagem.	Testes de avaliação Fichas de trabalho Outros produtos de trabalho individual/grupo	70
Atitudes / Comportamentos	Pontualidade Material necessário à aula Organização do caderno diário Realização de trabalhos de casa Participação e empenho na aula Comportamento	Grelhas de registo de observação	30
TOTAL			100

Nota:

Na avaliação dos elementos escritos será considerada a correta utilização da língua portuguesa (ortografia, construção de frases, pontuação).

A professora

PLANO DE AULA N.º 2

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I.P.

Turma: 9.ªA
minutos

Aula n.º: 70 e 71

Data: 3 de abril de 2019

Tempo: 90

Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho



Subdomínio: A Agricultura.

Sumário:

- Os impactes da atividade agrícola.
- Realização de um trabalho de grupo sobre a temática agricultura biológica.
- Autoavaliação.

Conteúdos:

- Agricultura biológica.
- Hidroponia.

Descritores:

- Identificar os impactes sociais e económicos da agricultura tradicional e moderna.
- Identificar os impactes ambientais da agricultura tradicional e moderna.
- Perceber como podemos desenvolver uma atividade agrícola sustentável.
- Identificar tipos de agricultura sustentáveis.

Situações de aprendizagem/atividades:

- Diálogo orientado aluno/ aluno e aluno/ professor.
- Visionamento de imagens através do *Power Point*.
- Visionamento de um vídeo no *YouTube* que demonstra um mercado totalmente abastecimento por produtos biológicos.
- Elaboração de cartaz em grupos de trabalhos que retrate as vantagens da agricultura biológica.

Recursos e materiais:

- Computadores.
- Apresentação em *Power Point*.
- Caderno do aluno.

TPC:

Avaliação:

- Pontualidade.
- Participação e empenho.
- Comportamento.

Observações:

PLANO DE AULA N.º 5

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I.P.

Turma: 9.ªA **Aula n.º:** 77 e 78

Data: 14 de maio de 2019

Tempo: 90 minutos



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Domínio: Atividades Económicas – 8.ºano / Riscos, Ambiente e Sociedade – 9.ºano.

Subdomínio: A Pesca – 8.ºano / Riscos Mistos – 9.ºano.

Sumário:

- Os impactos das atividades humanas na biodiversidade marinha e na atividade piscatória.
- As soluções para os problemas ambientais e para a sustentabilidade das pescas.

Conteúdos:

- Os impactos socioeconómicos da atividade piscatória.
- Os impactos ambientais: sobre-exploração, poluição, aquecimento das águas, acidificação dos oceanos e corais, destruição de habitats, obras de engenharia e extração do petróleo.
- As soluções: quotas de captura, legislação de regulamento para os instrumentos de pesca, vigilância do uso técnicas de pesca, utilização de artes de pesca mais seletivas e menos agressivas para o fundo marinho.
- Desenvolvimento da aquacultura.

Descritores:

A pesca – 8.º ano:

- Os impactos socioeconómicos e ambientais da atividade piscatória.
- Discutir as soluções para os problemas de sustentabilidade das pescas.

Riscos mistos – 9.º ano:

- Identificar as principais consequências da poluição das águas continentais e marinhas.
- Reconhecer medidas de prevenção e mitigação dos processos geradores de poluição das águas continentais e marinhas.

Situações de aprendizagem/atividades:

- Diálogo orientado aluno/aluno e aluno/professor.
- Registo escrito de apontamentos no caderno do aluno.
- Visualização de vídeos sobre os problemas que influenciam a atividade piscatória.
- Realização de um trabalho a pares sobre a descoberta de soluções para os problemas debatidos em aula sobre a pesca.
- Debate dos trabalhos sobre as soluções encontradas.

Recursos e materiais:

- Computador.
- Apresentação em *Power Point*.
- Caderno do aluno.
- Manual “*Fazer Geografia 3.0 – 8.ºano e 9.ºano*”.
- Vídeos Youtube:
 - 1) Sardinha ibérica ameaçada
https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=dAVT6yBGZa0
 - 2) Floating trash “Island”
<https://www.youtube.com/watch?v=GSMGKwZBaWM>
 - 3) Chasing coral
<https://www.youtube.com/watch?v=QItN3FjwTu0>
 - 4) Minuto do Mar – Aquacultura em Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=FjLdOmu1c1E>

TPC:

Procurar uma notícia que retrate um dos problemas abordados em aula e que possa ser solucionado com a proposta apresentada pelo grupo em aula.

Avaliação:

- Pontualidade.
- Participação e empenho.
- Comportamento.

--

--

Observações:

PLANO DE AULA N.º 6

Escola: CED Nossa Senhora da Conceição - Casa Pia de Lisboa, I.P.

Turma: 9.ªA **Aula n.º:** 79 e 80

Data: 16 de maio de 2019

Tempo: 90 minutos



Professora Orientadora: Sílvia Dias

Professor Estagiário: Rui Mouralinho

Domínio: Atividades Económicas – 8.ºano / Riscos, Ambiente e Sociedade – 9.ºano.

Subdomínio: A Pesca – 8.ºano / Riscos Mistos – 9.ºano.

Sumário:

- Verificação e apresentação do trabalho de casa.
- Visualização de vídeos alusivos à temática abordada.

Conteúdos:

- As soluções: quotas de captura, legislação de regulamento para os instrumentos de pesca, vigilância do uso técnicas de pesca, utilização de artes de pesca mais seletivas e menos agressivas para o fundo marinho.
- Desenvolvimento da aquacultura.
- Megacidades.

Descritores:

A pesca – 8.º ano:

- Discutir as soluções para os problemas de sustentabilidade das pescas.

Riscos mistos – 9.º ano:

- Reconhecer medidas de prevenção e mitigação dos processos geradores de poluição das águas continentais e marinhas.

Situações de aprendizagem/atividades:

- Diálogo orientado aluno/aluno e aluno/professor.
- Visualização de vídeos sobre os problemas que influenciam a atividade piscatória.
- Debate dos trabalhos sobre as soluções encontradas.

Recursos e materiais:

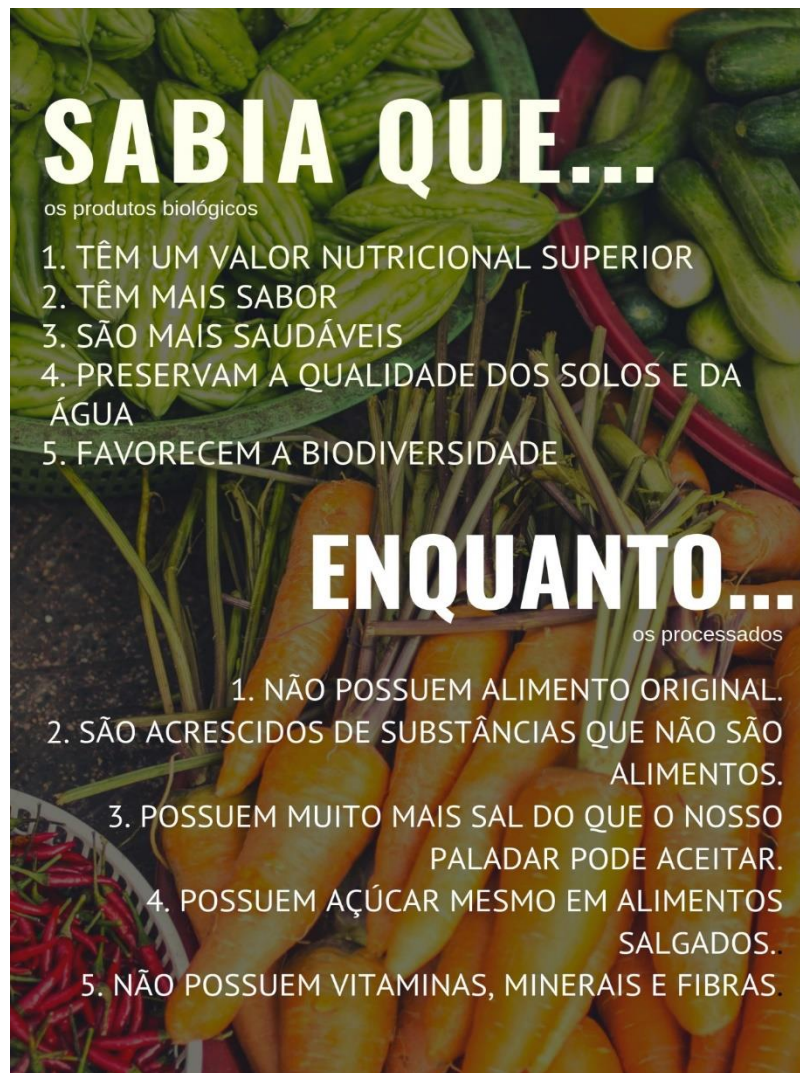
- Computador.
- Apresentação em *Power Point*.
- Caderno do aluno.
- Manual “Fazer Geografia 3.0 – 8.ºano e 9.ºano”.
- Vídeos Youtube:
 - 1) Sardinha ibérica ameaçada
https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=dAVT6yBGZa0
 - 2) Floating trash “Island”
<https://www.youtube.com/watch?v=GSMGKwZBaWM>
 - 3) Chasing coral
<https://www.youtube.com/watch?v=QltN3FjwTu0>
 - 4) Minuto do Mar – Aquacultura em Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=FjLdOmu1c1E>

TPC:

Procurar uma notícia que retrate um dos problemas abordados em aula e que possa ser solucionado com a proposta apresentada pelo grupo em aula.

Avaliação:

- Pontualidade.
- Participação e empenho.
- Comportamento.



SABIA QUE...
os produtos biológicos

1. TÊM UM VALOR NUTRICIONAL SUPERIOR
2. TÊM MAIS SABOR
3. SÃO MAIS SAUDÁVEIS
4. PRESERVAM A QUALIDADE DOS SOLOS E DA ÁGUA
5. FAVORECEM A BIODIVERSIDADE

ENQUANTO...
os processados

1. NÃO POSSUEM ALIMENTO ORIGINAL.
2. SÃO ACRESCIDOS DE SUBSTÂNCIAS QUE NÃO SÃO ALIMENTOS.
3. POSSUEM MUITO MAIS SAL DO QUE O NOSSO PALADAR PODE ACEITAR.
4. POSSUEM AÇÚCAR MESMO EM ALIMENTOS SALGADOS.
5. NÃO POSSUEM VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS.

Sabia que :

A agricultura biológica contribui para preservação do meio ambiente especialmente ao solo, em vez da utilização de pesticidas e fertilizantes ,utiliza se produtos biológicos que promovem a uma alimentação equilibrada e saudável.

Vantagens:

São mais benéficos para a saúde;





Método de cultivo mais amigo do ambiente;

O método de produção respeita o bem-estar animal;

São produtos que não contém aditivos prejudiciais;



Agricultura Moderna impactos:

Desflorestação 
Poluição dos solos e da água 
Diminuição da biodiversidade 
Erosão 




Tipos de Agricultura Sustentável

Agricultura Biodinâmica- É um tipo de agricultura sustentável em que em se acredita que os espíritos místicos ajudam a agricultura.

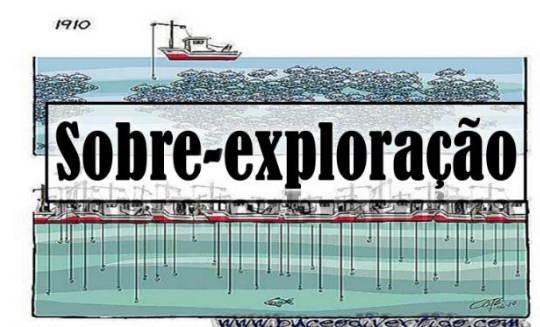
Agricultura Biológica/Orgânica- Não são utilizados produtos químicos.

Agricultura natural- O ser humano intervém o mínimo possível.

Escolhas Saudáveis de Consumo

É mais saudável comer produtos biológicos embora sejam mais caros e ajudamos o ambiente. 

Anexo 15



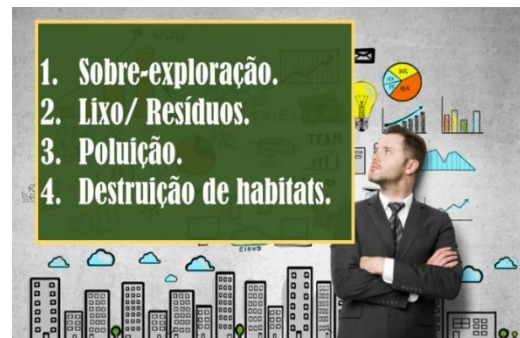
<https://www.youtube.com/watch?v=dAVT6yBGZa0>





<https://www.youtube.com/watch?v=GSMGkwZBaWM>





<https://www.youtube.com/watch?v=QltN3FjwTu0>

<https://www.youtube.com/watch?v=FjLdOmu1c1E>



Anexo 16



CEB
Nova Senhora da Conceição

Geografia – 7.º Ano

4.º Teste de Avaliação

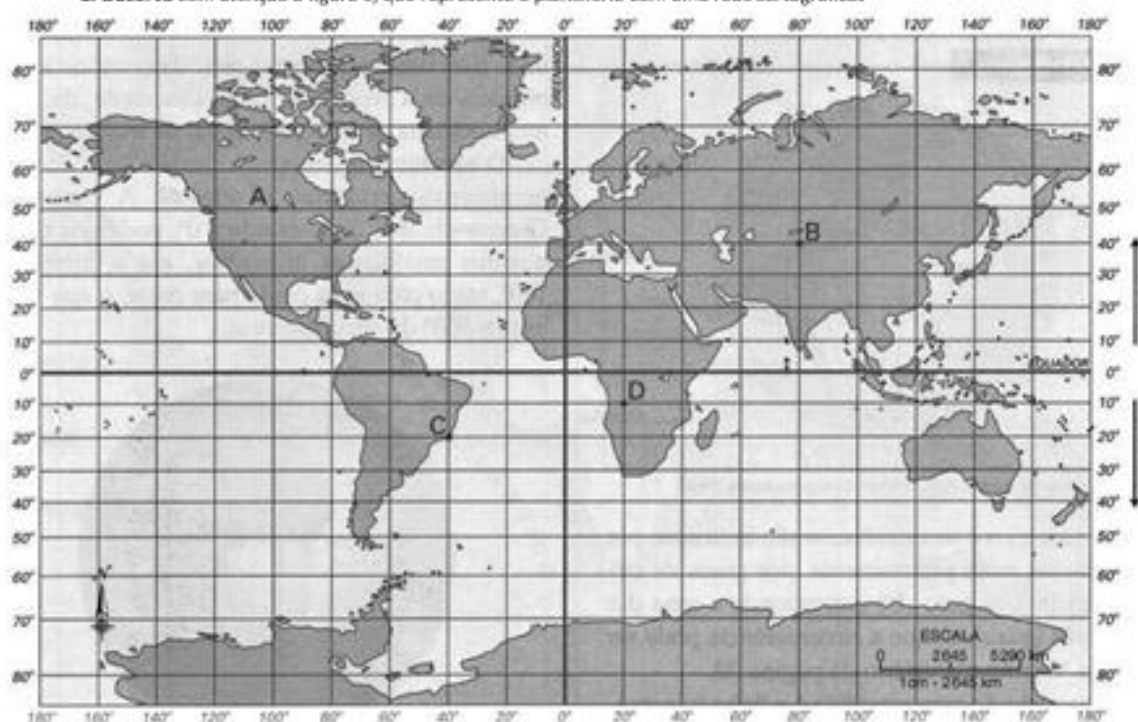
Nome _____	N.º _____	Turma _____	Data ____/____/____
Apreensão _____			
A professora _____		O Encarregado de Educação _____	

PARA QUE O TESTE DECORRA BEM, DEVES:

- Estar em silêncio;
- Ler atentamente as questões e responder apenas ao que te é solicitado;
- Elaborar respostas completas, bem estruturadas;
- Releer o teste antes de o entregar à professora.



1. Observa com atenção a figura 1, que representa o planisfério com uma rede cartográfica.



1.1. Com base na figura 1, completa a grelha A.

Grelha A		
Ponto	Latitude	Longitude
A		
B		
C		
D		

1.2. Assinala na figura 1 os pontos apresentados na grelha B.

Grelha B		
Ponto	Latitude	Longitude
E	80°S	60°E
F	60°N	120°O
G	30°S	140°E
H	20°N	10°O

1.3. Refere o nome dos continentes em que se situam os pontos assinalados no exercício anterior.

Ponto E: _____

Ponto F: _____

Ponto G: _____

Ponto H: _____

2. Selecciona, com um círculo, a opção correta.

2.1. A linha do equador tem como definição:

- a) Círculo máximo, perpendicular ao eixo terrestre, que passa pelo centro da Terra, dividindo-a em duas partes iguais: hemisfério norte e sul.
- b) Círculo máximo, perpendicular ao eixo terrestre, que passa pelo centro da Terra, dividindo-a em duas partes iguais: hemisfério poente e nascente.
- c) Círculo menor, perpendicular ao eixo terrestre, que passa pelo centro da Terra, dividindo-a em duas partes iguais: hemisfério norte e sul.
- d) Círculo menor, perpendicular ao eixo terrestre, que passa pelo centro da Terra, dividindo-a em duas partes iguais: hemisfério este e oeste.

2.2. O meridiano de Greenwich tem como definição:

- a) Círculo menor, perpendicular ao eixo terrestre, que vai do polo norte ao polo sul, dividindo a Terra em duas partes iguais: hemisfério ocidental e oriental.
- b) Círculo menor, perpendicular ao equador, que vai do polo norte ao polo sul, dividindo a Terra em duas partes iguais: hemisfério ocidental e oriental.
- c) Círculo máximo, perpendicular ao equador, que vai do polo norte ao polo sul, dividindo a Terra em duas partes iguais: hemisfério ocidental e oriental.
- d) Círculo máximo, perpendicular ao eixo terrestre, que passa pelo centro da Terra, dividindo-a em duas partes iguais: hemisfério este e oeste.

2.3. A latitude de um lugar tem como definição:

- a) A distância angular entre o meridiano de Greenwich e o paralelo que passa pelo lugar.
- b) A distância angular entre o equador e o meridiano que passa pelo lugar.
- c) A distância angular entre o meridiano de Greenwich e o meridiano que passa pelo lugar.
- d) A distância angular entre o equador e o paralelo que passa pelo lugar.

2.4. A longitude de um lugar tem como definição:

- a) A distância angular entre o meridiano de Greenwich e o paralelo que passa pelo lugar.
- b) A distância angular entre o equador e o meridiano que passa pelo lugar.
- c) A distância angular entre o meridiano de Greenwich e o meridiano que passa pelo lugar.
- a) A distância angular entre o equador e o paralelo que passa pelo lugar.

3. **Observa** com atenção a figura 2, que representa um mapa físico do continente europeu.



3.1. **Completa** a legenda da figura 2, com o nome de alguns mares e cordilheiras montanhosas da Europa.

- | | |
|----------|----------|
| A: _____ | 1: _____ |
| B: _____ | 2: _____ |
| C: _____ | 3: _____ |
| D: _____ | 4: _____ |
| E: _____ | 5: _____ |

3.2. Refere os limites naturais do continente europeu (norte, sul, este e oeste).

3.3. Nomeia três penínsulas que se localizam na Europa.

4. Assinala, com um círculo, a opção correta.

4.1. O ponto mais alto da Europa situa-se...

- a) nos Alpes.
- b) nos Pirenéus.
- c) nos Montes Urais.
- d) no Cáucaso.

4.2. O maior rio da Europa é o...

- a) Reno.
- b) Tejo.
- c) Volga.
- d) Dniepre.

4.3. A maior ilha do continente Europeu é ...

- a) Malta.
- b) Islândia.
- c) Grã-Bretanha.
- d) Creta.

5. A União Europeia (UE) é um agrupamento de países do continente europeu que se formou na sequência da II Guerra Mundial.

5.1. Aponta uma das causas que levou à formação da UE, após a II Guerra Mundial.

5.2. Refere o ano em que foi fundada a UE.

5.3. Menciona o nome do Tratado que instituiu a UE, ainda com a designação de Comunidade Económica Europeia (CEE).

5.4. Enumera três dos países fundadores da UE.

5.5. Diz como se designa a moeda única.

5.6. Assinala com uma cruz (X) os países da UE que não adotaram a moeda única.

Portugal ____ França ____ Reino Unido ____ Holanda ____
Dinamarca ____ Suécia ____ Itália ____ Espanha ____

5.7. Refere uma vantagem para ti, enquanto cidadão da União Europeia, decorrente da adesão de Portugal.

6. O território português encontra-se dividido em distritos e regiões autónomas.

Figura 3 - Os distritos de Portugal Continental



6.1. Completa a legenda com os distritos de Portugal Continental assinalados no mapa da figura 3.

1. _____
2. _____
3. Braga
4. _____
5. _____
6. Coimbra
7. _____
8. _____
9. Guarda
10. _____
11. _____
12. Portalegre
13. _____
14. _____
15. _____
16. Viana do Castelo
17. _____
18. Viseu

6.2. Menciona o distrito que, no território português, se localiza mais a....

... norte _____ ... sul _____ ... oeste _____ ... este _____

6.3. Menciona o nome das duas regiões autónomas portuguesas.

Observações do educando:

Este teste foi: fácil ____ difícil ____

Ainda não percebo bem _____

No próximo teste _____

Observações da professora: _____



Com trabalho!

Correção e critérios de avaliação do teste de avaliação de Geografia 7.ºano – Plano de aula n.º 11

Correção e critérios de classificação do teste de avaliação:

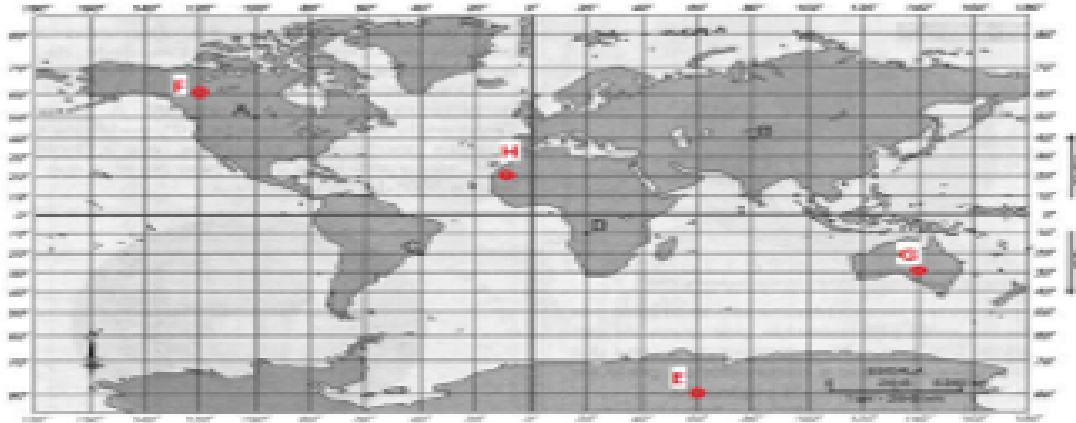
1.1.8 %

Grelha A		
Ponto	Latitude	Longitude
A	50°N	100°O
B	40°N	80°E
C	20°S	40°O
D	10°S	20°E

A classificação deste item é feita de acordo com a tabela seguinte.

Nº de afirmações corretamente avaliadas	Cotação (%)
7 ou 8	6
4, 5, 6	4
1, 2, 3	2
0	0

1.2.8 %



A classificação deste item é feita de acordo com a tabela seguinte.

Nº de afirmações corretamente avaliadas	Cotação (%)
6	6
5	4, 5
2	3
1	1, 5
0	0

1.3.4%

Ponto E: **Antártida** (1%)

Ponto F: **América do Norte** (1%)

Ponto G: **Oceânia** (1%)

Ponto H: **África** (1%)

2.1.3%

Opção A.

2.2.3%

Opção C.

2.3.3%

Opção D.

2.4.3%

Opção C.

3.1.6%

A: **Balcãs**

1: **Mar Adriático**

B: **Pirenéus**

2: **Mar do Norte**

C: **Cáucaso**

3: **Mar Cáspio**

D: **Alpes**

4: **Mar Mediterrâneo**

E: **Montes Urais**

5: **Mar Negro**

A classificação deste item é feita de acordo com a tabela seguinte.

Nº de afirmações corretamente avaliadas	Cotação (%)
9 ou 10	6
7,8	4
4,5,6	3
1,2,3	2
0	0

3.2.6%

Norte: **Oceano Glacial Ártico** (1,25%)

Sul: **Mar Mediterrâneo** (1,25%)

Este: **Montes Urais** (1,25%)

Oeste: **Oceano Atlântico** (1,25%)

3.3.-8%

Penínsulas europeias: Escandinava, Ibérica, Jutlândia, Itálica, Balcânica ... (2% cada)

4.1.-8%

Opção D.

4.2.-8%

Opção C.

4.3.-8%

Opção C.

5.1.-6%

Causas: pôr fim às guerras sangrentas, evitando uma 3ª guerra mundial; Prosperidade económica e social dos estados membros (...)

5.2.-4%

Em 1957.

5.3.-4%

Tratado de Roma.

5.4.-6%

França, Bélgica, Alemanha, Itália, Países Baixos e Luxemburgo. (2,00 cada)

5.5.-4%

O euro.

5.6.-4%

Reino Unido, Suécia e Dinamarca. (1,00 cada)

5.7.-6%

Liberdade de circulação e residência em todo o território da União Europeia.

Acesso a documentos da União Europeia.

Voto e elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias.

8.1.4%

- | | |
|-------------------|----------------------|
| 1. Aveiro | 11. Lisboa |
| 2. Beja | 12. Portalegre |
| 3. Braga | 13. Porto |
| 4. Bragança | 14. Santarém |
| 5. Castelo Branco | 15. Setúbal |
| 6. Coimbra | 16. Viana do Castelo |
| 7. Évora | 17. Vila Real |
| 8. Faro | 18. Viseu |
| 9. Guarda | |
| 10. Leiria | |

A classificação deste item é feita de acordo com a tabela seguinte.

Nº de afirmações corretamente avaliadas	Cotação (%)
11,12	6
9,10	5
7,8	4
4,5,6	3
1,2,3	2
0	0

8.2.4%

... norte: Viana do Castelo (0,6%) ... sul: Faro (0,6%) ... oeste: Lisboa (0,6%) ... este: Bragança (0,6%)

8.3.4%

Região autónoma da Madeira (2%) e dos Açores (2%).



ANO LETIVO 2018/2019

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AVALIAÇÃO

A avaliação, sendo um elemento chave de desenvolvimento do currículo, constitui um processo regulador do ensino e da aprendizagem, que orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens desenvolvidas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas das competências inscritas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Tem por objetivo central a melhoria do ensino e da aprendizagem baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica.

2. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Consideram-se os seguintes tipos de avaliação:

- **Avaliação diagnóstica** - realiza-se sempre que seja considerado oportuno, sendo essencial para fundamentar a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional;
- **Avaliação formativa** - assume carácter contínuo e sistemático, devendo recorrer a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo aos professores, aos alunos, aos encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. É a principal modalidade de avaliação e permite obter informação privilegiada e sistemática nos diversos domínios curriculares, devendo fundamentar o apoio às aprendizagens, nomeadamente à autorregulação dos percursos dos alunos, em articulação com dispositivos de informação dirigidos aos encarregados de educação;
- **Avaliação sumativa interna** - traduz -se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.
- **Avaliação sumativa externa** - da responsabilidade dos serviços do MEC, compreende a realização de provas de aferição nos 2º, 5º e 8º anos, variando as disciplinas em que incide esta avaliação, e de provas finais de ciclo nos 9º anos, nas disciplinas de Português e Matemática.

3. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação, enquanto parte integrante do currículo, as técnicas, instrumentos e procedimentos devem ser diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher:

- Todos os suportes de avaliação sumativa deverão ser devolvidos aos alunos no prazo de 10 dias úteis após a sua realização e sempre 5 dias antes do momento de avaliação seguinte;
- Os momentos de autoavaliação devem estar contemplados na planificação do ano letivo;
- A definição das características formais de cada instrumento de avaliação é da responsabilidade de cada grupo disciplinar. Nas disciplinas de Português e de Matemática, a estrutura e os critérios dos suportes de avaliação sumativa devem ser semelhantes aos das Provas Finais de Ciclo.

4. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO – Ensino Básico 1º, 2º e 3º Ciclos

Tendo por base as propostas apresentadas pelos coordenadores dos departamentos curriculares e a revisão dos planos de ciclo, deverão ser analisadas em CPP as seguintes ponderações:

Domínio Cognitivo (conhecimentos e capacidades): 70%

Domínio Socio afetivo (atitudes e valores): 30%

- Na disciplina de Educação Física a gestão dos domínios cognitivo e socio afetivo é feita de forma integrada;
- Poderão ser consideradas ponderações diferentes nas disciplinas de Educação Musical, Educação Visual, Educação Tecnológica, Cidadania e Desenvolvimento e Educação Moral e Religiosa, com a devida fundamentação.

5. MENÇÃO QUALITATIVA A UTILIZAR NOS MOMENTOS DE AVALIAÇÃO

No ensino básico e nos cursos de educação e formação, a correspondência entre a avaliação realizada em cada disciplina e os níveis de classificação final, deverá respeitar a informação constante no quadro abaixo:

Nível	Percentagem	Informação Descritiva
1	0-19%	Muito Insuficiente
2	20-49%	Insuficiente
3	50-69%	Suficiente
4	70-89%	Bom
5	90-100%	Muito Bom

A classificação nos suportes de avaliação sumativa poderá ser qualitativa e/ou quantitativa.

Nas áreas não disciplinares a avaliação qualitativa assume a terminologia: Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz Bem.

6. PONDERAÇÃO A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DE FINAL DE PERÍODO

Sendo a avaliação contínua, o nível a atribuir no final dos 2º e 3º períodos, respeitará as seguintes ponderações:

- o **2º período** – a classificação resultará da soma de 40% da classificação do 1º período com 60% da classificação do 2º;
- o **3º período** – resultará da soma de 25% da classificação do 1º período com 35% da classificação do 2º e com 40% da do 3º.

7. LEGISLAÇÃO EM VIGOR

- ✓ Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho (*Educação Inclusiva*).
- ✓ Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho.
- ✓ Despacho n.º 5907/2017, de 5 de julho
- ✓ Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.
- ✓ Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.
- ✓ Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro.

8. DIVULGAÇÃO

Após aprovação em CPP, os DT/CA/OP/OE darão conhecimento dos referidos critérios aos alunos e aos encarregados de educação.